

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral
Informação reportada ao
quarto trimestre de 2020

49



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro



49

Boletim trimestral

Informação reportada ao
quarto trimestre de 2020

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento
Regional

Data de Edição

Março de 2021

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdrc.pt

Alguma da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdrc.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 5 Enquadramento Nacional
- 7 Mercado de Trabalho
- 12 Desemprego Registado
- 14 Empresas
- 16 Comércio Internacional de Bens
- 19 Turismo
- 21 Construção e Habitação
- 24 Preços e Consumo Privado
- 27 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No quarto trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -6,1%, refletindo os efeitos das novas medidas de confinamento adotadas neste período na sequência do agravamento da pandemia por COVID-19. Esta contração, mais acentuada do que a do trimestre anterior, foi determinada pelo contributo mais negativo da procura externa líquida, uma vez que a procura interna apresentou um comportamento menos negativo. A taxa de desemprego nacional foi de 7,1% e o nível de preços diminuiu ligeiramente face ao trimestre homólogo. Tanto o indicador de confiança dos consumidores, como o indicador de clima económico voltaram a ser negativos, tendo, no entanto, este último evidenciado alguma recuperação face ao trimestre anterior.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre e em consequência do impacto das restrições impostas para contenção da COVID-19, o mercado de trabalho continuou a contrair-se face ao período homólogo, evidenciando, no entanto, melhorias face ao período anterior. A taxa de atividade, a população ativa e a taxa de emprego mantiveram-se em queda, embora a um ritmo menor do que nos dois trimestres precedentes. A taxa de desemprego aumentou em termos homólogos, mas igualou a do período anterior. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem continuou a crescer na região e no país, atingindo novamente os valores mais elevados desde 2008.

No setor empresarial assistiu-se, na Região Centro, a uma diminuição das constituições e das ações de insolvência de empresas, sendo o decréscimo das insolvências mais expressivo do que o das constituições. Esta evolução pode resultar da incerteza ainda existente provocada pela pandemia por COVID-19. Os empréstimos concedidos às empresas registaram o crescimento homólogo mais significativo em 11 anos, o que pode ser já reflexo da linha de crédito concedida pelo Estado para apoio às empresas cuja atividade foi afetada pela COVID-19. O peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos manteve-se em queda face a igual período do ano anterior. Na construção, na Região Centro, assistiu-se a uma variação homóloga positiva das construções novas e dos novos fogos para habitação familiar e ao decréscimo das obras concluídas e dos edifícios licenciados. Os empréstimos à habitação vencidos continuaram a registar quebras significativas e o seu peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 11 anos. A avaliação bancária da habitação na região continuou a aumentar, mas a um menor ritmo que nos trimestres precedentes.

A situação no setor do turismo deteriorou-se na região e no país, em resultado do reforço das restrições impostas para contenção da COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico voltaram a registar na região quebras homólogas trimestrais muito elevadas. Já a estada média na região aumentou ligeiramente face ao trimestre homólogo. A evolução do comércio internacional na Região Centro foi positiva, evidenciada pelos aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens. O crescimento expressivo do mercado extracomunitário foi o que explicou a variação regional positiva nos dois fluxos de bens. Neste trimestre, também alguns indicadores representativos do consumo privado mostraram ligeiros sinais de melhoria, apesar da reposição de algumas medidas restritivas para contenção da segunda vaga da COVID-19. O Índice de Preços no Consumidor aumentou marginalmente na Região Centro, contrariando a variação nacional e o comportamento observado nos dois trimestres anteriores.

No PORTUGAL 2020, no final do quarto trimestre de 2020, estavam aprovados 6,9 mil milhões de euros de fundos europeus para projetos na Região Centro, dos quais 189,3 milhões de euros correspondiam a apoios na sequência da pandemia por COVID-19. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano detinha a taxa de realização de fundo mais elevada.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

-6,1%

foi a variação
homóloga real do PIB

7,1%

foi a taxa de
desemprego nacional

No quarto trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -6,1%, refletindo os efeitos das novas medidas de confinamento adotadas na sequência do agravamento da pandemia por COVID-19 neste período. Esta contração, mais acentuada do que a do trimestre anterior, foi determinada pelo contributo mais negativo da procura externa líquida, uma vez que a procura interna apresentou um comportamento menos negativo. A taxa de desemprego nacional foi de 7,1% e o nível de preços diminuiu ligeiramente face ao trimestre homólogo. Tanto o indicador de confiança dos consumidores, como o indicador de clima económico voltaram a ser negativos, tendo, no entanto, este último evidenciado alguma recuperação face ao trimestre anterior.

No quarto trimestre de 2020, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ trimestral de -6,1%, face aos -5,7% do período anterior. Estes resultados refletem a implementação de novas medidas de confinamento, na sequência do agravamento da pandemia por COVID-19. Note-se que, no terceiro trimestre, se tinha assistido à reabertura progressiva da atividade económica, o que permitiu uma recuperação do PIB, após uma forte contração no segundo trimestre no contexto de medidas de contenção à propagação da COVID-19.

Esta evolução do PIB deveu-se, principalmente, à procura externa líquida, que apresentou um contributo mais negativo do que no trimestre anterior, uma vez que a procura interna registou um comportamento menos negativo, influenciado sobretudo pela recuperação do investimento (já que a redução do consumo das famílias foi mais intensa do que no período anterior).

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	-6,1	-5,7	-16,3	-2,2	2,6	-7,6	2,5
Procura interna	v. h. (%)	-2,7	-3,6	-11,5	-0,9	1,2	-4,7	2,8
Consumo das famílias	v. h. (%)	-4,9	-4,2	-14,2	-0,8	2,6	-6,0	2,7
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-0,3	-7,2	-10,0	-2,2	-3,5	-4,9	5,4
Taxa de investimento	%	18,9	18,6	19,8	18,8	17,8	19,0	18,5
Exportações	v. h. (%)	-14,1	-15,9	-40,0	-4,8	6,7	-18,6	3,5
Importações	v. h. (%)	-6,5	-11,0	-29,1	-1,7	3,4	-12,0	4,7
VAB	v. h. (%)	-4,0	-4,6	-14,9	-2,2	2,2	-6,4	2,4
Taxa de desemprego	%	7,1	7,8	5,6	6,7	6,7	6,8	6,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	-0,2	0,0	-0,3	0,4	0,3	0,0	0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-26,2	-26,3	-33,1	-9,9	-7,3	-23,9	-8,0
Indicador de clima económico	%	-0,2	-1,9	-3,0	2,1	2,2	-0,8	2,4
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,193	1,169	1,101	1,102	1,107	1,141	1,120
	v. h. (%)	7,7	5,2	-2,1	-2,9	-3,0	1,9	-5,2

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Assim, a procura interna em termos homólogos diminuiu 2,7% (após uma contração de 3,6% no trimestre anterior), resultado da quebra do consumo das famílias (de -4,9%, contra -4,2% no período precedente) e da contração menos acentuada do investimento (que registou um decréscimo homólogo em volume de 0,3% face a -7,2% no trimestre passado).

A procura externa líquida também registou um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB, mas mais acentuada do que no trimestre anterior (passando de -2,1 pontos percentuais para os atuais -3,5 pontos percentuais), provocado por uma contração

mais intensa das exportações do que a observada nas importações. Assim, as exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de -14,1% (após terem diminuído 15,9% no trimestre precedente), continuando a refletir a significativa quebra nas exportações de serviços (de -34,0%), explicada em grande medida pela forte contração da atividade turística, e a diminuição das exportações de bens (de -4,7%). As importações de bens e serviços recuaram 6,5% em termos homólogos reais (face a uma variação de -11,0% no período anterior), tendo ambas as suas componentes contraído (-4,2% nos bens e -17,1% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base diminuiu 4,0% em termos homólogos reais (-4,6% no trimestre anterior). Neste período, apenas o ramo da “construção” registou uma variação homóloga real positiva (de 4,6%). Os restantes ramos apresentaram quebras, com destaque para a variação de -10,8% na “agricultura, silvicultura e pesca” e de -10,6% no “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração”.

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 7,1%, valor inferior em 0,7 pontos percentuais ao do trimestre anterior e superior em 0,4 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2019. Estimavam-se 373,2 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo um acréscimo homólogo do desemprego de 20,8 mil indivíduos e um decréscimo trimestral de 30,9 mil pessoas.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, diminuiu ligeiramente na comparação homóloga (-0,2%). Das 12 classes de consumo, sete registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se o “vestuário e calçado” e os “transportes” com os maiores decréscimos (-3,7% e -2,9%, respetivamente). Nas restantes cinco classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se, com os crescimentos mais elevado, as classes da “saúde” (2,2%) e dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,0%).

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas, evidenciando valores muito próximos dos registados no trimestre anterior. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. A confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, também foi negativa, tendo, no entanto, evidenciado uma recuperação face ao trimestre anterior.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou 7,7% relativamente ao trimestre homólogo, dando continuidade à subida da cotação do euro iniciada no trimestre anterior e que inverteu a tendência de depreciação do euro face ao dólar iniciada no terceiro trimestre de 2018. Esta valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

MERCADO DE TRABALHO

5,8%

foi a taxa de
desemprego regional

918€

foi o salário médio
líquido mensal na
região

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série.

⁶ Desde meados de março de 2020 que têm vindo a ser adotadas medidas de salvaguarda da saúde pública relativas à pandemia COVID-19 que afetaram a forma como são realizadas as entrevistas do Inquérito ao Emprego, o normal funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente, as estimativas trimestrais de emprego e desemprego do quarto trimestre de 2020.

⁷ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

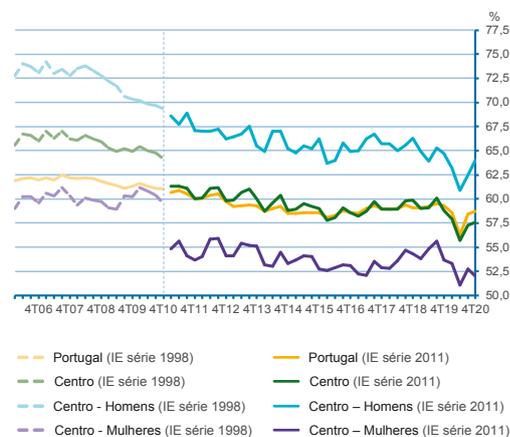
¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

No quarto trimestre de 2020 e em consequência do impacto das restrições impostas para contenção da COVID-19, o mercado de trabalho continuou a contrair-se face ao período homólogo, evidenciando, no entanto, melhorias face ao período anterior. Na Região Centro, a taxa de atividade, a população ativa e a taxa de emprego mantiveram-se em queda, embora a um ritmo menor do que nos dois trimestres precedentes. A taxa de desemprego aumentou em termos homólogos, mas igualou a do período anterior. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem continuou a crescer na região e no país, atingindo novamente os valores mais elevados desde 2008.

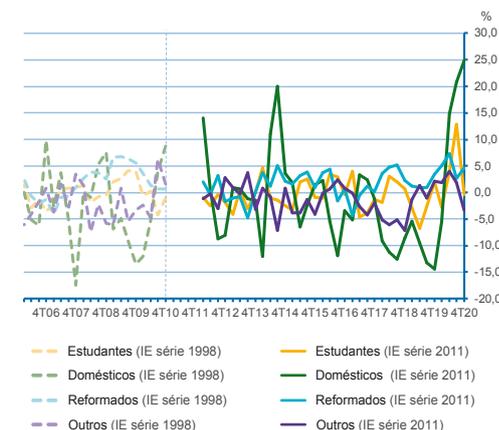
De acordo com os últimos dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no quarto trimestre de 2020⁶, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ na Região Centro foi de 57,6%, correspondendo a uma diminuição de 1,2 pontos percentuais face ao período homólogo, mas evidenciando um ligeiro aumento de 0,3 pontos percentuais em relação ao período anterior. Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional, que se cifrou nos 58,7%. Já a taxa de atividade dos homens, como habitual, foi mais elevada que a das mulheres (64,0% contra 52,0%), observando-se assim um diferencial de 12 pontos percentuais.

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.123,3 mil indivíduos, registando uma variação homóloga negativa de 1,3%, mas aumentando face aos dois trimestres anteriores. Já os inativos⁹ totalizavam 1.087,1 mil indivíduos, representando um aumento de 2,2% face ao trimestre homólogo. A evolução homóloga dos inativos deveu-se essencialmente aos acréscimos dos domésticos (25,0%) e dos reformados (4,7%), sendo contrariada, pela variação negativa dos estudantes com 15 e mais anos (-0,3%).

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



A diminuição trimestral da população inativa observada neste trimestre e já iniciada no terceiro trimestre de 2020, pode ser explicada pelos efeitos do alívio das medidas impostas para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente pela reabertura das empresas que haviam estado temporariamente encerradas e pela redução das restrições à livre circulação de pessoas. Estas razões permitiram aos indivíduos uma maior facilidade na procura ativa de emprego e disponibilidade para começar a trabalhar, critérios essenciais para a transição entre a população inativa e a população desempregada. Assim, no quarto trimestre de 2020, o decréscimo menos acentuado da população inativa, decorreu, em grande medida, da transição de pessoas classificadas como inativas para a população desempregada, pelo facto de já ser possível cumprir os dois critérios acima referidos. É ainda de salientar, que a entrada de pessoas na população desempregada teve consequentemente impacto no comportamento trimestral da população ativa, por ser uma das suas componentes.

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	58,7	58,4	56,3	58,6	59,3	58,0	59,3
Centro	%	57,6	57,3	55,7	57,9	58,8	57,1	59,2
	v. h. (p.p.)	-1,2	-2,8	-3,4	-1,1	-1,1	-2,1	-0,2
População ativa – Centro	milhares	1.123,3	1.115,6	1.083,7	1.126,8	1.138,5	1.112,3	1.148,8
	v. h. (%)	-1,3	-4,3	-5,4	-1,6	-2,4	-3,2	-0,8
População inativa – Centro	milhares	1.087,1	1.093,9	1.126,0	1.083,9	1.063,9	1.097,7	1.058,0
	v. h. (%)	2,2	5,2	6,0	1,7	1,2	3,8	-0,6
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	172,8	182,3	181,5	171,2	173,4	176,9	171,5
	v. h. (%)	-0,3	12,8	3,9	-2,8	2,1	3,1	-2,6
Domésticos	milhares	97,1	88,7	91,0	79,8	77,7	89,2	78,7
	v. h. (%)	25,0	20,8	14,9	-5,6	-14,4	13,3	-10,7
Reformados	milhares	416,9	412,7	426,0	408,2	398,2	416,0	396,5
	v. h. (%)	4,7	2,6	7,3	5,0	3,5	4,9	1,6
Outros	milhares	400,3	410,2	427,5	424,7	414,6	415,7	411,3
	v. h. (%)	-3,4	1,9	4,0	1,9	2,1	1,1	0,2

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no quarto trimestre de 2020, foi de 54,3%, o que traduziu uma diminuição de 1,5 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, dando continuidade à quebra verificada há mais de um ano e que interrompeu três anos de acréscimos homólogos sucessivos. Esta taxa regional, apesar de inferior à registada no período homólogo e à média nacional (54,5%), aumentou ligeiramente 0,3 pontos percentuais face à do trimestre precedente.

¹¹ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.058,1 mil indivíduos, o que representou uma diminuição de 2,0% face ao mesmo período do ano anterior, dando continuidade à evolução negativa observada já desde o último trimestre de 2019. Ainda assim, em relação ao terceiro trimestre de 2020, a população empregada cresceu ligeiramente (0,7%). Este aumento trimestral da população empregada pode ser parcialmente explicado pelo aligeirar das medidas de contenção da pandemia, em particular pela inexistência de confinamento geral durante o último trimestre do ano, associado a um menor número de atividades económicas encerradas e ao funcionamento presencial das escolas (o que permitiu que muitos pais pudessem regressar ao trabalho em vez de terem de ficar em casa a dar assistência aos seus filhos). Em simultâneo, mantiveram-se as medidas de proteção do emprego dos trabalhadores, de que é exemplo o *layoff* simplificado, que permite a manutenção na população empregada de pessoas cujas empresas ainda se encontrem fechadas, total ou parcialmente, de forma temporária.

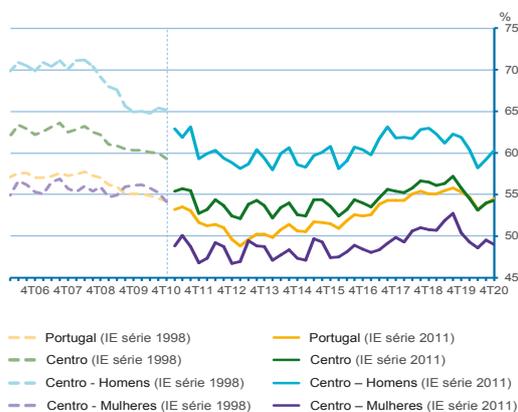
Das categorias de empregados analisadas, apenas o emprego do setor secundário continuou a contrariar a variação regional da população empregada no trimestre, tendo aumentado (3,2%), o que já se verifica há um ano. Já a população empregada com 45 ou mais anos teve um contributo nulo para a variação trimestral. As restantes categorias influenciaram

negativamente essa variação, tendo os contributos mais expressivos ocorrido nos empregados dos 15 aos 24 anos (-31,5%), no emprego do setor primário (-11,3%) e no emprego masculino (-2,1%).

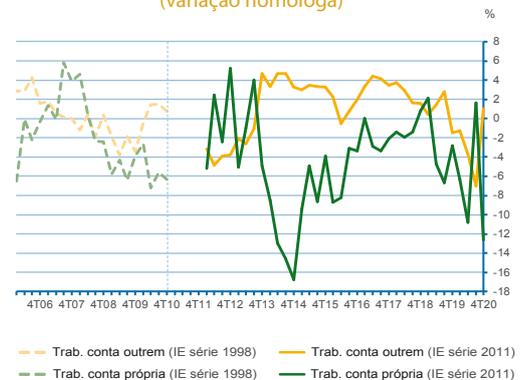
Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para atenuar o decréscimo da população empregada no trimestre, uma vez que representando quase 82% desta, aumentaram 1,0% em termos homólogos. Este ligeiro aumento influiu o comportamento de quebra que se mantinha há já um ano, tendo sido explicado mais significativamente pelos acréscimos nos trabalhadores que desempenham as suas funções a tempo parcial, que possuem o ensino superior como habilitação e nos contratados sem termo.

Já os trabalhadores por conta própria observaram uma diminuição expressiva de 12,6% face ao período homólogo, parecendo retomar a tendência de quebra que se verificava há mais de um ano, apenas interrompida no trimestre precedente. Esta evolução homóloga resultou da variação negativa ocorrida nos trabalhadores isolados (-14,1%) e nos empregadores (-8,2%).

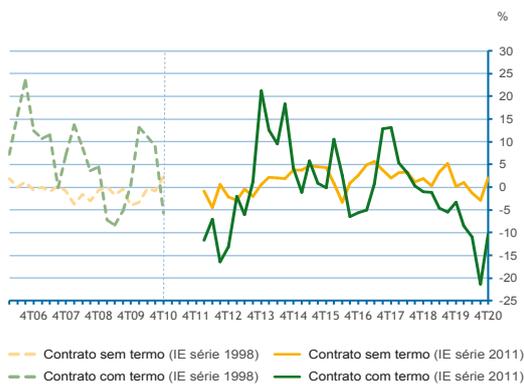
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



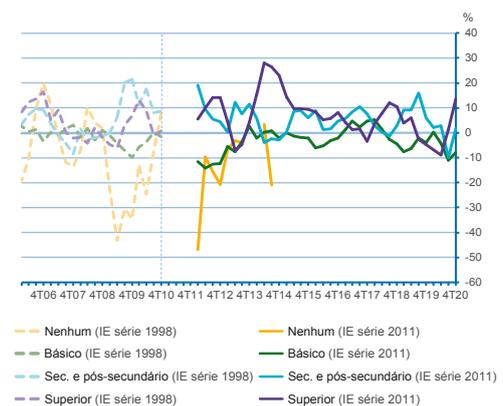
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹²



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹³



¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

Quadro 3 – Emprego		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	54,5	53,9	53,2	54,7	55,3	54,1	55,4	
Centro	%	54,3	54,0	53,1	54,5	55,8	54,0	56,3	
	v. h. (p.p.)	-1,5	-3,2	-3,2	-1,6	-0,7	-2,3	0,3	
População empregada – Centro		milhares	1.058,1	1.051,2	1.033,0	1.059,3	1.079,5	1.050,4	1.092,5
	v. h. (%)	-2,0	-5,2	-5,4	-2,8	-2,0	-3,9	0,0	
Homens	v. h. (%)	-2,1	-4,7	-4,7	-2,9	-2,4	-3,6	-1,3	
Mulheres	v. h. (%)	-1,9	-5,7	-6,1	-2,6	-1,5	-4,1	1,5	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-31,5	-34,0	-32,9	-17,1	-0,6	-28,8	5,6	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-0,4	-4,9	-3,3	-2,6	-3,0	-2,8	-0,4	
45 anos ou mais	v. h. (%)	0,0	-2,2	-4,1	-1,3	-1,2	-1,9	-0,2	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-11,3	-5,5	-12,6	-6,8	-13,4	-9,0	-12,5	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	3,2	3,5	2,7	4,1	-1,9	3,3	-3,4	
Serviços	v. h. (%)	-3,0	-8,7	-7,8	-5,1	-0,2	-6,2	3,7	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	867,3	830,2	838,6	846,6	858,7	845,7	869,9
	v. h. (%)	1,0	-7,0	-3,7	-1,2	-1,5	-2,8	0,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	2,0	-2,9	-1,3	1,1	0,2	-0,3	2,3	
Contratos com termo	v. h. (%)	-10,4	-21,4	-11,0	-8,6	-3,3	-12,9	-3,7	
Tempo completo	v. h. (%)	0,1	-6,9	-3,7	-1,6	-0,8	-3,0	0,9	
Tempo parcial	v. h. (%)	13,8	-8,2	-4,0	3,9	-11,3	1,2	-1,4	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	-5,9	-4,2	
Básico	v. h. (%)	-7,7	-11,0	-4,3	0,1	-3,9	-5,7	-4,9	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	1,9	-10,1	2,9	2,1	6,1	-0,9	10,1	
Superior	v. h. (%)	13,6	1,2	-8,9	-6,9	-4,8	-0,4	0,5	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	189,1	214,8	192,0	209,3	216,4	201,3	216,6
	v. h. (%)	-12,6	1,6	-10,8	-6,4	-2,8	-7,1	-3,1	
Isolados	v. h. (%)	-14,1	-1,1	-11,6	-7,6	0,7	-8,7	-2,8	
Empregadores	v. h. (%)	-8,2	10,0	-8,3	-2,6	-12,2	-2,2	-3,9	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

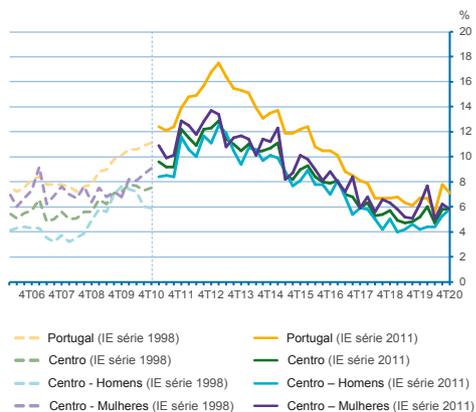
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro manteve-se nos 5,8%, no quarto trimestre de 2020, traduzindo um acréscimo homólogo de 0,6 pontos percentuais. Ainda assim, permaneceu inferior à média nacional, que foi de 7,1% e observou a segunda menor taxa entre as sete regiões portuguesas. A taxa de desemprego regional das mulheres diminuiu face aos trimestres homólogo e anterior e igualou a dos homens, o que já não ocorria há três anos.

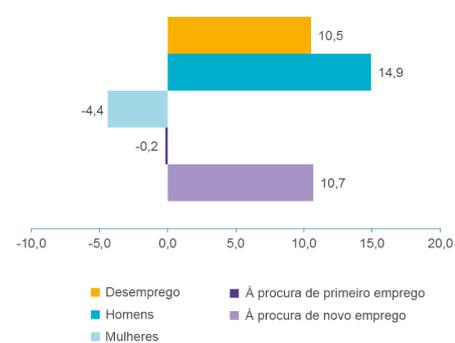
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 65,2 mil indivíduos, o que representou um significativo acréscimo homólogo de 10,5%. Assim, no quarto trimestre de 2020, já é visível, ao nível do desemprego, o alívio das medidas restritivas impostas para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente a reabertura gradual de diversas atividades económicas, que permitiu uma maior mobilidade da população e, por conseguinte, uma maior facilidade dos indivíduos na procura ativa de emprego e disponibilidade para começar a trabalhar, critérios necessários à sua integração na população desempregada, como foi explicado anteriormente no contexto da análise da evolução da população inativa. Dito de outro modo, o aumento da população desempregada, no quarto trimestre de 2020, decorreu, em grande medida, da transição de pessoas da população inativa para a população desempregada, pelo facto de já conseguirem cumprir os dois critérios supramencionados. No entanto, importa ainda referir que, apesar das medidas de proteção do emprego, o aumento do desemprego também já refletirá, ainda que de forma parcial, as pessoas que perderam o seu emprego devido às consequências da pandemia COVID-19.

Das categorias de desempregados analisadas, apenas em duas se registaram reduções homólogas, nas mulheres desempregadas que decresceram 7,6% e nos desempregados à procura do primeiro emprego que diminuíram 1,1%. Todas as restantes categorias registaram crescimentos homólogos, tendo os mais expressivos ocorrido nos homens desempregados (35,3%), nos desempregados há menos de 12 meses (16,2%), nos desempregados à procura de novo emprego (12,6%) e nos desempregados com 45 ou mais anos (6,0%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no quarto trimestre de 2020 (%)



Quadro 4 – Desemprego		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	7,1	7,8	5,6	6,7	6,7	6,8	6,5	
Centro	%	5,8	5,8	4,7	6,0	5,2	5,6	4,9	
	v. h. (p.p.)	0,6	1,0	0,0	1,1	-0,5	0,7	-0,7	
Homens	%	5,8	5,3	4,4	4,4	4,2	5,0	4,3	
Mulheres	%	5,8	6,2	5,0	7,7	6,2	6,2	5,6	
15 - 24 anos	%	§	§	§	25,1	15,4	25,2	14,6	
25 - 44 anos	%	§	§	§	5,7	5,0	5,1	5,0	
45 anos ou mais	%	4,2	4,5	2,7	3,9	4,0	3,9	3,5	
População desempregada – Centro		milhares	65,2	64,3	50,6	67,5	59,0	61,9	56,3
	v. h. (%)	10,5	14,2	-6,5	21,0	-10,6	9,9	-13,8	
Homens	v. h. (%)	35,3	11,4	-1,2	5,9	-18,4	12,7	-16,1	
Mulheres	v. h. (%)	-7,6	16,8	-10,8	32,2	-3,9	7,7	-11,9	
15 - 24 anos	v. h. (%)	x	x	x	101,1	-29,8	39,4	-22,7	
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	x	-1,4	-21,7	-0,4	-21,6	
45 anos ou mais	v. h. (%)	6,0	31,7	-25,6	16,3	23,7	6,8	4,5	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-1,1	-51,4	47,4	22,6	-13,5	-1,5	-26,1	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	12,6	23,5	-10,5	20,8	-10,1	11,4	-11,9	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	16,2	42,7	12,0	11,5	-6,8	20,1	-1,9	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	3,8	-18,3	-26,8	35,3	-15,3	-2,8	-25,1	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado
x: Não disponível

No trimestre em análise, na região e no país, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem foi o mais elevado dos últimos 13 anos, atingindo-se novos máximos históricos. Assim, na Região Centro, o salário médio fixou-se nos 918 euros, ultrapassando pela primeira vez, desde o início da série, os 900 euros e resultando num crescimento homólogo real de 8,3% (que dá continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2017, apenas interrompida no terceiro trimestre de 2019). No entanto, este valor regional manteve-se abaixo da média nacional, que conheceu um acréscimo homólogo real de 6,3%, cifrando-se, neste trimestre, nos 968 euros.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	968	955	952	929	912	951	909	
	v. h. real (%)	6,3	5,1	4,8	2,6	1,5	4,6	2,0	
Centro	€	918	897	882	858	849	889	850	
	v. h. real (%)	8,3	6,0	3,4	0,7	0,1	4,6	1,1	

DESEMPREGO REGISTRADO

22,2%

foi o crescimento homólogo dos desempregados registados nos centros de emprego da Região Centro

72

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

No quarto trimestre de 2020, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a aumentar significativamente, embora denotando um abrandamento face aos dois trimestres anteriores. Os novos desempregados também cresceram, mas observaram neste trimestre o menor crescimento do ano de 2020. Já as colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face ao período homólogo. Assim, a variação do desemprego registado traduz, em grande medida, o impacto económico e social provocado pela pandemia COVID-19, que neste trimestre, a avaliar pelo comportamento do total e dos novos desempregados, parece ter sido atenuado (ainda que muito parcialmente) pela manutenção das medidas de apoio ao emprego e à atividade económica.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 66,02 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, refletindo um crescimento homólogo de 22,2%. Este acréscimo, apesar de se manter acima dos 20%, foi menos elevado que o verificado nos dois trimestres anteriores. De facto, o aumento observado no número de desempregados registados nos centros de emprego da região ocorre desde o segundo trimestre de 2020, que influiu mais de seis anos de reduções homólogas consecutivas.

Também os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região aumentaram, observando uma variação homóloga de 4,2%, que, embora mantendo o comportamento de crescimento verificado nos três trimestres anteriores, foi a menos expressiva do ano de 2020. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 322 novos desempregados, aproximadamente mais 13 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma diminuição homóloga de 4,1%, parecendo retomar o comportamento de quebra iniciado já no último trimestre de 2019 e apenas interrompido no trimestre anterior. Em termos médios ocorreram cerca de 72 colocações por dia (menos três do que em igual período do ano anterior).

Assim, no quarto trimestre de 2020, apesar das visíveis consequências ao nível do emprego, provocadas pela pandemia COVID-19 e decorrentes, em grande medida, do abrandamento e/ou encerramento de algumas áreas de atividade económica, assistiu-se, em termos homólogos, a uma desaceleração do crescimento do total e dos novos desempregados. Para

a evolução destes dois indicadores poderá ter contribuído, ainda que muito parcialmente, o prolongamento das medidas implementadas para proteção das empresas e dos postos de trabalho (de que é exemplo a possibilidade de *layoff*).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	66,02	69,12	69,07	57,26	54,03	65,37	55,48
	v. h. (%)	22,2	27,8	26,6	-3,4	-6,1	17,8	-9,8
Novos desempregados**	milhares	29,01	29,03	28,43	29,20	27,85	28,92	26,33
	v. h. (%)	4,2	4,5	24,5	8,8	-0,5	9,8	-1,7
Colocações do IEFP**	milhares	6,44	8,67	5,62	7,39	6,72	7,03	7,78
	v. h. (%)	-4,1	3,2	-28,6	-9,0	-4,6	-9,6	-0,8

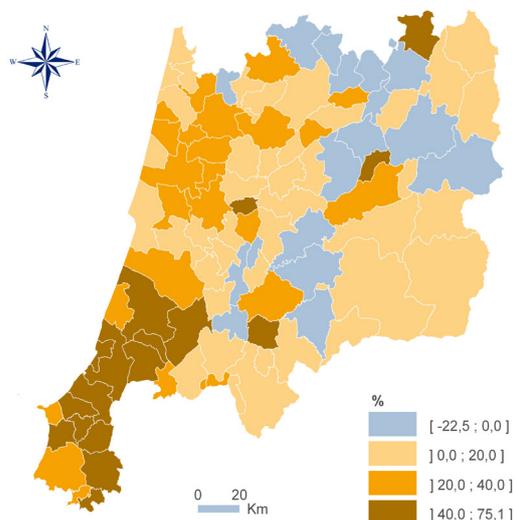
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$, sendo determinado município e a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2019.

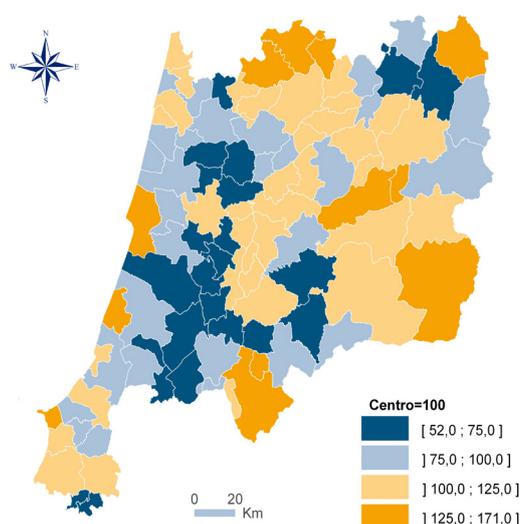
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que apenas em 17 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas acima de 15%, Vila Nova de Paiva (-22,5%), Pampilhosa da Serra (-22,0%), Figueiró dos Vinhos (-18,0%) e Fornos de Algodres (-16,7%). Nos restantes 83 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 70%, os municípios de Bombarral (75,1%) e Alenquer (70,8%). Mais de metade dos municípios da Região Centro continuou a observar, pelo terceiro trimestre consecutivo, crescimentos homólogos do desemprego, o que inverteu seis anos de diminuições homólogas, refletindo a situação económica e social desencadeada pela pandemia COVID-19.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, mais de metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ferreira do Zêzere (52,0), Sever do Vouga (56,4) e Mortágua (58,7). Dos 47 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (171,0) e Castro Daire (146,9).

Variação homóloga do desemprego registado por município no quarto trimestre de 2020



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2020¹⁵



EMPRESAS

-22,4%

foi a diminuição
homóloga das ações
de insolvências na
região

8,9%

foi o aumento
homólogo dos
empréstimos
concedidos às
empresas na região,
o mais expressivo dos
últimos 11 anos

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

No quarto trimestre de 2020, assistiu-se, na Região Centro a uma diminuição das constituições e das ações de insolvência de empresas, sendo o decréscimo das insolvências mais expressivo do que o das constituições. Esta evolução pode resultar da incerteza ainda existente relativamente ao surto pandémico provocado pela COVID-19. Em termos regionais, os empréstimos concedidos às empresas registaram o crescimento homólogo mais significativo em 11 anos, o que pode ser já reflexo da linha de crédito concedida pelo Estado para apoio às empresas cuja atividade foi afetada pela COVID-19. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos manteve-se em queda face a igual período do ano anterior.

Na região, constituíram-se 1.463 novas empresas neste trimestre, o que se traduziu num decréscimo de 6,5% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional parece ter retomado, ainda que de forma menos intensa, o comportamento negativo observado desde o quarto trimestre de 2019, apenas interrompido no período precedente, e acompanhou o total do país, em que o número de novas constituições decresceu em cerca de 15%. Em termos médios, foram criadas 16 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 105 constituídas diariamente no país. Esta descida das constituições de novas empresas poderá estar relacionada, em grande medida, com os efeitos da pandemia COVID-19, pois apesar da reabertura da quase totalidade dos setores da atividade económica ainda no terceiro trimestre de 2020 e que se prolongou durante os três últimos meses do ano, permanece ainda um clima de incerteza.

Neste trimestre, as ações de insolvência¹⁶ de empresas na Região Centro e em Portugal diminuíram muito significativamente, em 22,4% e 11,4%, respetivamente. Este comportamento das insolvências na região infletiu o crescimento observado no trimestre anterior, que havia interrompido mais de um ano de quebras homólogas consecutivas. Em Portugal ocorreram cerca de 16 ações de insolvência, em média, por dia, das quais três foram de empresas com sede na Região Centro. Esta diminuição tão expressiva das ações de insolvência poderá estar relacionada com as medidas de apoio ao setor empresarial para minimização dos efeitos das restrições adotadas para conter a propagação da pandemia provocada pela doença COVID-19. Como exemplo, destas medidas, pode-se referir os vários instrumentos de crédito para apoio à situação de tesouraria das empresas e os procedimentos de *layoff* simplificado, com o intuito de preservar a sua capacidade produtiva e os seus postos de trabalho.

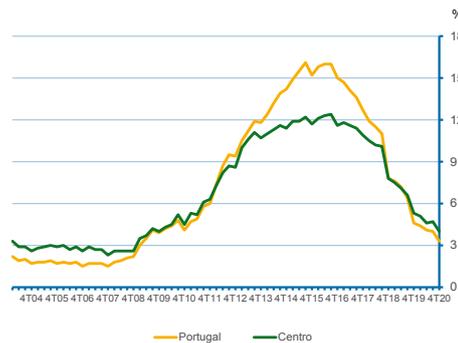
Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras registaram, no quarto trimestre de 2020, um crescimento homólogo real (8,9%), intensificando o comportamento positivo observado no trimestre anterior e evidenciando o aumento mais significativo desde dezembro de 2009. Este acréscimo regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos aumentaram 10,6%, mantendo o comportamento dos dois períodos anteriores, que havia infletido 10 anos de quebras homólogas consecutivas. Esta evolução na região e no país pode já traduzir os efeitos das linhas de crédito, garantidas pelo Estado e disponibilizadas através do sistema bancário, para apoiar a atividade das micro, pequenas e médias empresas que atuam em setores particularmente afetados pelas medidas excecionais aprovadas no contexto da pandemia da doença COVID-19 (de que são exemplo o turismo e a restauração).

O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, manteve-se em queda face ao trimestre homólogo (-1,3 pontos percentuais na região e no país). Deste modo, no quarto trimestre de 2020, este indicador fixou-se nos 4,0% na região, que, apesar de permanecer acima da média do país (3,3%), observou o valor mais baixo dos últimos 11 anos.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	9.412	9.899	6.048	12.075	11.114	9.359	12.230
	v. h. (%)	-15,3	-6,0	-47,5	-23,4	-1,1	-23,5	7,9
Centro	número	1.463	1.761	1.008	1.846	1.564	1.520	1.819
	v. h. (%)	-6,5	18,8	-41,0	-26,8	-1,2	-16,5	10,4
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*								
Portugal	milhões €	73.974	72.142	70.906	67.415	67.016	71.109	68.916
	v. h. real (%)	10,6	4,4	1,2	-3,1	-3,9	3,2	-4,2
Centro	milhões €	13.694	13.370	13.135	12.521	12.595	13.180	12.983
	v. h. real (%)	8,9	2,0	-0,4	-4,1	-2,7	1,5	-3,2
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	3,3	4,0	4,1	4,4	4,6	4,0	6,5
Centro	%	4,0	4,7	4,6	5,1	5,3	4,6	6,6
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.433	1.227	1.445	1.304	1.617	1.352	1.378
	v. h. (%)	-11,4	33,1	0,1	-14,8	-6,3	-1,9	-16,6
Centro	número	242	205	227	245	312	230	257
	v. h. (%)	-22,4	18,5	-15,3	-10,6	-0,6	-10,5	-15,6

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

4,2%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas de bens da
região

6,7%

foi o acréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

No quarto trimestre de 2020, na Região Centro, a evolução do comércio internacional foi positiva, evidenciada pelos aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens. O crescimento expressivo do mercado extracomunitário foi o que explicou a variação regional positiva nos dois fluxos de bens. Para esta evolução da região poderá ter contribuído o gradual alívio das restrições impostas pelos países para contenção da COVID-19. Por oposição, em Portugal o comércio internacional evoluiu negativamente.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁷ de 4,2%, dando continuidade ao comportamento positivo observado no trimestre anterior e contrariando o total nacional que decresceu 1,4%. Para esta evolução observada na Região Centro contribuiu, pelo segundo trimestre consecutivo, o significativo acréscimo homólogo das saídas para o mercado extracomunitário (23,7%), que foi contrariado pela ligeira diminuição regional das saídas para os países intracomunitários (-0,8%). As variações regionais do comércio internacional registadas neste trimestre continuaram a traduzir os efeitos associados ao Brexit¹⁸, mas também a denotar o impacto do progressivo levantamento das medidas restritivas adotadas para combater a pandemia provocada pela doença COVID-19. Destas medidas, pela maior incidência no comércio intracomunitário, poderá destacar-se a supressão de forma coordenada dos controlos nas fronteiras internas, que consequentemente possibilitou uma diminuição dos constrangimentos sobre o funcionamento do transporte de mercadorias no interior da União Europeia. Importa referir que, mesmo durante o período de maior propagação da COVID-19, o transporte de mercadorias no seio da União Europeia, apesar de muito focado nos bens essenciais, não foi suspenso, tendo a Comissão Europeia convidado os Estados-Membros a designar vias reservadas, os chamados “corredores verdes”¹⁹, para assegurar a continuidade desse transporte.

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁸ Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações de/para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário.

¹⁹ Podem entender-se como vias reservadas, que constituem pontos de passagem das fronteiras internas da rede transeuropeia de transportes, sempre que ocorram controlos nas fronteiras internas dos Estados-Membros ou que os mesmos tenham sido introduzidos. Este mecanismo destina-se a preservar o funcionamento das cadeias de abastecimento em toda a União Europeia e a assegurar que todas as mercadorias, incluindo, mas não exclusivamente, as mercadorias essenciais possam chegar rapidamente ao seu destino.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	14.880,5	13.774,0	10.586,7	14.531,2	15.380,2	13.443,1	14.975,7
	v. h. real (%)	-1,4	0,5	-29,0	-2,2	8,0	-8,2	3,6
Intracomunitárias	milhões €	10.540,7	9.912,3	7.554,2	10.673,6	11.729,7	9.670,2	11.499,1
	v. h. real (%)	-8,4	-4,9	-33,8	-8,2	8,0	-14,0	4,4
Extracomunitárias	milhões €	4.339,8	3.861,7	3.032,5	3.857,6	3.650,5	3.772,9	3.476,6
	v. h. real (%)	21,1	17,3	-13,1	19,5	8,0	11,0	0,8
Centro	milhões €	2.908,2	2.672,1	2.082,1	2.720,5	2.843,3	2.595,7	2.833,2
	v. h. real (%)	4,2	3,2	-26,5	-5,1	-0,2	-6,3	0,5
Intracomunitárias	milhões €	2.202,6	2.046,0	1.576,9	2.130,1	2.262,3	1.988,9	2.270,2
	v. h. real (%)	-0,8	-0,6	-31,4	-7,4	1,2	-10,4	0,7
Extracomunitárias	milhões €	705,6	626,1	505,2	590,3	581,1	606,8	563,0
	v. h. real (%)	23,7	17,8	-5,3	4,2	-5,3	10,3	-0,5
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	18.157,8	16.935,6	13.633,5	19.096,1	20.216,2	16.955,8	19.994,3
	v. h. real (%)	-6,2	-7,8	-28,8	-2,6	3,9	-11,3	6,4
Intracomunitárias	milhões €	14.033,0	12.697,8	10.182,7	13.889,3	15.681,2	12.700,7	15.273,2
	v. h. real (%)	-6,6	-8,7	-30,2	-6,8	3,9	-13,1	7,0
Extracomunitárias	milhões €	4.124,8	4.237,8	3.450,8	5.206,7	4.535,0	4.255,0	4.721,1
	v. h. real (%)	-5,0	-4,9	-24,0	10,3	4,0	-5,8	4,4
Centro	milhões €	2.426,3	2.167,9	1.906,0	2.391,1	2.373,6	2.222,8	2.469,2
	v. h. real (%)	6,7	-3,9	-22,2	-3,0	-4,2	-5,9	-0,8
Intracomunitárias	milhões €	1.951,5	1.709,8	1.441,8	1.867,1	1.943,5	1.742,6	1.972,4
	v. h. real (%)	4,9	-3,6	-25,0	-6,1	-3,4	-7,6	-2,4
Extracomunitárias	milhões €	474,8	458,1	464,2	524,0	430,1	480,3	496,7
	v. h. real (%)	15,3	-4,9	-12,0	9,9	-7,8	1,1	6,0

*Os valores de 2019 são definitivos e os de 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente.

Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

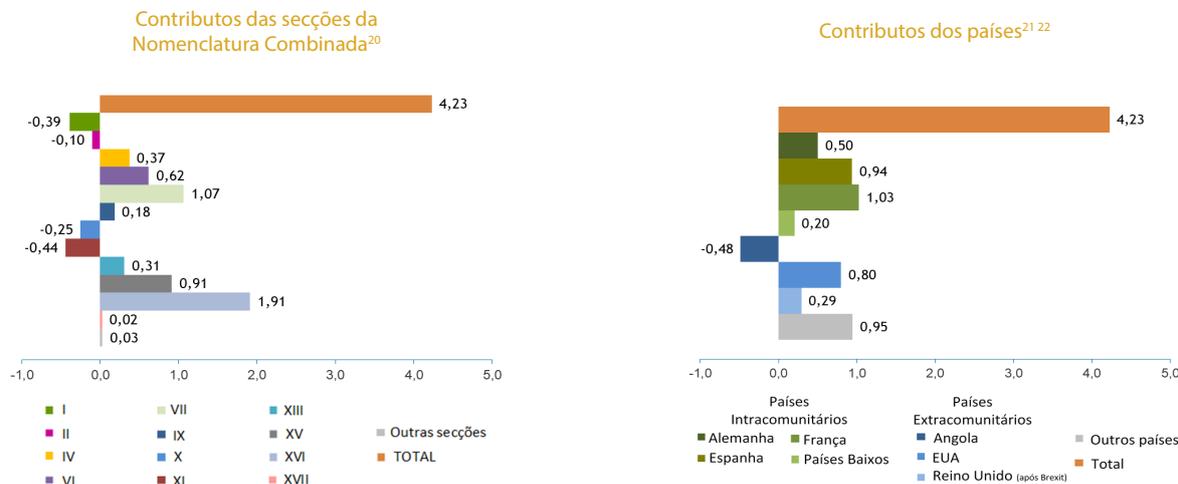
Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais²⁰ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, mais de metade das secções analisadas explicaram positivamente a evolução regional, destacando-se, com um contributo conjunto de 3,89 pontos percentuais, três secções (XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”; VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” e XV “metais comuns e suas obras”). As restantes secções contrariam este comportamento regional, salientando-se, com as quebras homólogas reais mais significativas, as secções XI “matérias têxteis e suas obras” (-0,44%) e I “animais vivos e produtos do reino animal” (-0,39%). A evolução regional dos grupos de produtos, neste trimestre, evidenciou uma maior saída de outros tipos de bens para além dos alimentares e de primeira necessidade (estando aqui incluídos, os medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual), parecendo ser o reflexo de uma maior fluidez do transporte de mercadorias, dado o levantamento faseado e controlado das restrições adotadas pelos países para contenção desta pandemia no segundo semestre do ano.

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais²¹ da Região Centro, constatou-se que a totalidade dos países analisados no mercado intracomunitário justificaram a variação homóloga regional. Destes países, destacaram-se, pelo contributo positivo mais expressivo, França e Espanha que conjuntamente explicaram a variação total em 1,97 pontos percentuais. No mercado extracomunitário, apenas Angola contrariou em 0,48% a variação regional positiva.

²⁰ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 93% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

²¹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 69% e 78% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no quarto trimestre de 2020 (%)



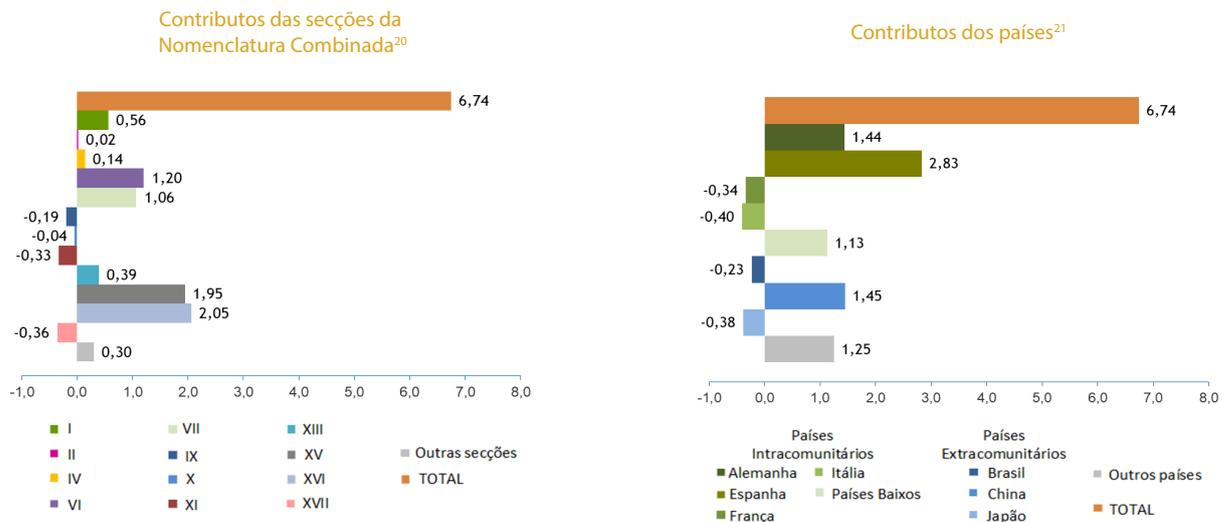
As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um aumento real de 6,7%, invertendo o comportamento negativo observado há já um ano e contrariando o total nacional que decresceu 6,2%. Nas importações de bens, ambos os mercados contribuíram positivamente para esta variação regional, destacando-se o expressivo crescimento homólogo real de 15,3% nos bens provenientes dos países de fora da União Europeia. Esta evolução regional das importações, tal como das exportações, também traduz já o alívio das medidas impostas pelos países no contexto da doença COVID-19, nomeadamente as adotadas à escala da União Europeia, que têm fortes implicações já que as entradas de bens provindos deste conjunto de países assumem mais de três quartos do total de entradas de bens na região.

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 6,26 pontos percentuais, quatro secções (XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”; XV “metais comuns e suas obras”; VII “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” e VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras”). Das quatro secções que contrariam o comportamento regional observado no trimestre, salientam-se as secções XVII “material de transporte” (-0,36%) e XI “matérias têxteis e suas obras” (-0,33%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a maioria dos países do mercado intracomunitário contribuíram positivamente para a variação homóloga regional de 6,7%, evidenciando-se a Espanha com uma variação de 2,83%. Dos países com relevo no mercado extracomunitário, apenas a China registou um contributo positivo, justificando em 1,45% a variação total.

²² Para a presente análise o Reino Unido foi integrado no mercado extracomunitário, pelo facto de já ser considerado um país terceiro neste trimestre, após a concretização do Brexit em 31 de janeiro de 2020.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no quarto trimestre de 2020 (%)



TURISMO

-62,1%

foi a redução homóloga dos hóspedes dos estabelecimentos de alojamento turístico da região

1,7 noites

foi a estada média nesses estabelecimentos

A situação no setor do turismo deteriorou-se na região e no país no quarto trimestre de 2020 em resultado do reforço das restrições impostas para contenção da pandemia COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico voltaram a registar na região quebras homólogas trimestrais muito elevadas. Já a estada média na região aumentou ligeiramente face ao trimestre homólogo.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²³ da Região Centro acolheram 348 mil hóspedes, traduzindo uma redução homóloga de 62,1%. Esta evolução regional foi muito mais acentuada do que a registada no período antecedente, mas menos intensa do que a média nacional, que foi de -68,2% (resultado de uma descida para um total trimestral de 1.857 mil hóspedes no país), e do que a quebra histórica observada no segundo trimestre de 2020. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, a diminuição homóloga nos hóspedes foi ainda mais acentuada (65,6% na região e 70,2% no país).

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram uma quebra significativa face ao mesmo período do ano anterior (-60,2%), superior à do trimestre anterior, mas inferior à média do país (-69,9%) e à quebra de 87,2% registada no segundo trimestre de 2020. Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram uma redução homóloga real na região e no país, de 63,0% e 72,7%, respetivamente, sendo a segunda maior quebra trimestral ocorrida no setor do turismo no ano de 2020. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu a significativa contração homóloga real dos proveitos de aposento que diminuíram 59,3% e que representavam, neste trimestre, cerca de 74% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 1,7 e 2,3 noites, respetivamente, sendo, no caso regional, ligeiramente superior à observada no trimestre homólogo.

A pandemia COVID-19 teve notoriamente um forte impacto nos resultados trimestres e anuais da atividade turística no ano de 2020. No decurso do ano, com exceção dos meses de janeiro e fevereiro, foi muito significativa a proporção de estabelecimentos encerrados ou

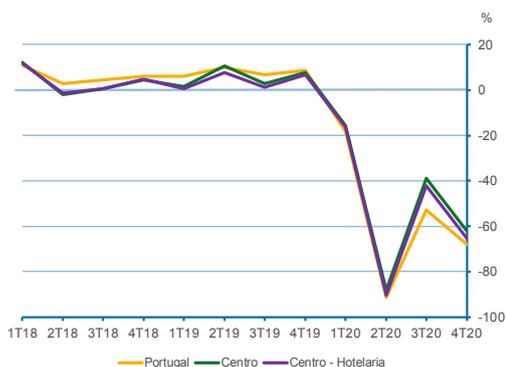
²³ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas e quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

que não registaram movimento de hóspedes devido às medidas restritivas que foram sendo impostas, no âmbito das declarações do estado de emergência em Portugal, para controlo das duas vagas da pandemia COVID-19. O segundo e o quarto trimestres de 2020 foram os que observaram as maiores quebras no setor, pelo facto da maioria dos meses que os compõem coincidirem com os períodos de vigência do estado de emergência em Portugal, respetivamente de 18 de março a 2 de maio e, novamente, a partir de 6 de novembro, adotados para conter a propagação da primeira e segunda vagas do surto pandémico provocado pela COVID-19. Das medidas impostas, para combate a esta segunda vaga, com maior impacto no setor turístico no quarto trimestre de 2020, destaca-se a proibição de circulação entre concelhos aos fins-de-semanas, para os municípios com risco de contágio por COVID-19 muito elevado ou extremamente elevado, e a extensão dessa proibição a todo o território nacional nos feriados nacionais de novembro, dezembro e na passagem do ano, períodos que habitualmente implicam significativos movimentos turísticos.

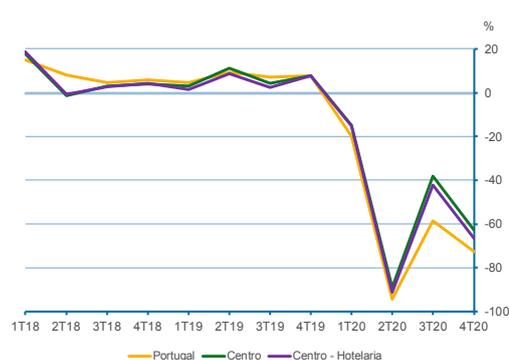
Quadro 9 – Turismo		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares	1.857	4.276	672	3.706	5.834	2.628	6.786	
	v. h. (%)	-68,2	-52,9	-91,3	-18,2	8,6	-61,3	7,9	
Centro	milhares	348	851	133	570	918	475	1.030	
	v. h. (%)	-62,1	-38,8	-88,3	-15,5	7,5	-53,8	5,7	
Hotelaria	milhares	252	611	86	447	732	349	804	
	v. h. (%)	-65,6	-42,1	-90,4	-16,2	6,7	-56,6	4,0	
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares	4.202	11.294	1.473	8.992	13.947	6.490	17.540	
	v. h. (%)	-69,9	-55,7	-92,5	-18,3	4,9	-63,0	4,6	
Centro	milhares	601	1.621	245	913	1.511	845	1.784	
	v. h. (%)	-60,2	-38,5	-87,2	-15,0	6,0	-52,6	5,3	
Hotelaria	milhares	423	1.163	153	707	1.191	612	1.377	
	v. h. (%)	-64,5	-41,3	-89,8	-15,4	5,0	-55,6	3,2	
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares €	224.872	693.846	68.331	470.263	826.427	364.328	1.073.953	
	v. h. real (%)	-72,7	-58,6	-94,3	-20,1	7,9	-66,1	7,4	
Centro	milhares €	28.471	81.941	10.134	45.372	77.030	41.480	88.854	
	v. h. real (%)	-63,0	-38,2	-89,0	-14,8	7,9	-53,3	6,4	
Hotelaria	milhares	21.128	60.120	6.661	36.783	63.707	31.173	71.626	
	v. h. real (%)	-66,8	-42,2	-91,1	-15,3	7,7	-56,5	4,9	
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	n.º noites	2,3	2,6	2,2	2,4	2,4	2,5	2,6	
Centro	n.º noites	1,7	1,9	1,8	1,6	1,6	1,8	1,7	

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2020 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

24,2%

foi o aumento
homólogo dos novos
fogos concluídos para
habitação familiar na
região

-38,3%

foi a diminuição
homóloga real
regional dos
empréstimos à
habitação vencidos,
em queda há mais de
quatro anos

No quarto trimestre de 2020, na Região Centro, assistiu-se a uma variação positiva das construções novas e dos novos fogos para habitação familiar, face a igual período do ano anterior. Por oposição, o total de obras concluídas e de edifícios licenciados decresceu. Esta evolução no sector da construção pode ser decorrente do impacto da pandemia COVID-19. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, manteve-se em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que continuaram a registar quebras significativas e cujo peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 11 anos. A avaliação bancária da habitação na região continuou a aumentar, mas a um menor ritmo que nos trimestres precedentes.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.571 edifícios, o que se traduziu numa ligeira diminuição homóloga de 0,3%. Esta variação regional inverteu a tendência positiva verificada desde 2019 e apenas interrompida no segundo trimestre de 2020, mas foi inferior à média do país que registou uma diminuição de 1,5%. Já os restantes indicadores do licenciamento apresentaram evoluções positivas. O licenciamento de construções novas na região aumentou 2,2%, dando continuidade à evolução positiva verificada há mais de um ano e apenas interrompida no segundo trimestre de 2020. Também o licenciamento de novos fogos para habitação familiar teve um acréscimo de 7,8% em termos homólogos, mantendo o comportamento positivo observado desde o início de 2020.

Os edifícios concluídos diminuíram 1,9%, na região, em termos homólogos, infletindo a evolução positiva registada há mais de dois anos (apenas interrompida no segundo trimestre de 2020). Também nas obras concluídas, os restantes indicadores analisados apresentaram variações positivas. Assim, face a igual período do ano anterior, os novos fogos concluídos para habitação familiar e as conclusões de construções novas cresceram 24,2% e 2,4%, respetivamente, mantendo o comportamento do terceiro trimestre de 2020. Em termos nacionais, a evolução do total de edifícios concluídos acompanhou o comportamento regional observando-se um decréscimo homólogo de 4,1%, que infletiu a evolução positiva iniciada em 2018 (também, neste caso, com a exceção do segundo trimestre de 2020).

As variações negativas dos edifícios licenciados e concluídos poderão estar associadas aos efeitos adversos das medidas impostas para contenção da pandemia COVID-19, que afetaram massivamente diversas áreas da atividade económica. Dado que, apesar do setor da construção não ter suspenso a sua atividade durante a vigência do estado de emergência e suas renovações (de 18 de março a 2 de maio de 2020) parece ter sido influenciado tanto pela paralisação, como pela retoma de outras atividades económicas. Já as variações positivas das construções novas e dos novos fogos para habitação familiar podem traduzir o alívio dessas restrições, na medida em que possibilitaram avançar com licenciamentos já previstos ou obras em curso, que devido ao clima de incerteza vividos durante os primeiros meses do ano, não tinham ainda sido concretizados.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no quarto trimestre de 2020, cresceram 1,8% na região e 2,6% no país, em termos homólogos reais. O valor registado pela Região Centro, neste trimestre, deu continuidade ao comportamento positivo verificado há mais de um ano, após oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-38,3%), acompanhando a evolução nacional (-18,1%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de quatro anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu, face ao período homólogo, cifrando-se, em 0,7% na região e 0,6% no país. Estes foram os valores mais baixos observados nos últimos 11 anos.

Quadro 10 – Construção e Habitação		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.683	5.941	5.050	6.033	5.767	5.677	5.878
	v. h. (%)	-1,5	4,0	-12,7	-3,4	1,5	-3,4	5,6
Centro	número	1.571	1.670	1.332	1.644	1.576	1.554	1.606
	v. h. (%)	-0,3	3,5	-16,8	0,6	0,6	-3,2	2,5
Construções novas	número	1.121	1.218	969	1.211	1.097	1.130	1.124
	v. h. (%)	2,2	4,4	-12,1	7,3	9,0	0,5	7,3
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	7,8	7,0	0,7	12,4	0,0	6,8	6,1
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	3.700	3.665	3.362	4.302	3.859	3.757	3.546
	v. h. (%)	-4,1	1,5	-2,8	32,2	15,7	6,0	11,6
Centro	número	978	988	823	1.077	997	967	962
	v. h. (%)	-1,9	2,3	-15,2	17,6	7,2	0,4	5
Construções novas	número	776	774	616	813	758	745	726
	v. h. (%)	2,4	7,6	-15,2	16,3	11,3	2,7	7,0
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	24,2	10,7	-7,3	2,5	22,9	8,0	12,4
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	2,6	1,4	1,0	0,0	-0,5	1,2	-0,4
Centro	v. h. real (%)	1,8	1,0	0,9	0,3	0,2	1,0	-0,3
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-18,1	-35,8	-44,4	-46,3	-46,8	-38,5	-39,5
Centro	v. h. real (%)	-38,3	-41,5	-43,0	-37,7	-24,8	-40,1	-31,3
Avaliação bancária da habitação****								
Portugal	€/m ²	1.156,0	1.128,0	1.119,0	1.110,0	1.091,0	1.128,3	1.048,3
	v. h. real (%)	6,1	5,8	8,9	9,9	11,4	7,6	10,3
Centro	€/m ²	836,0	832,0	858,0	816,0	816,0	835,5	790,8
	v. h. real (%)	2,6	4,8	9,9	5,5	8,7	5,7	6,9

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2019 e 2020 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

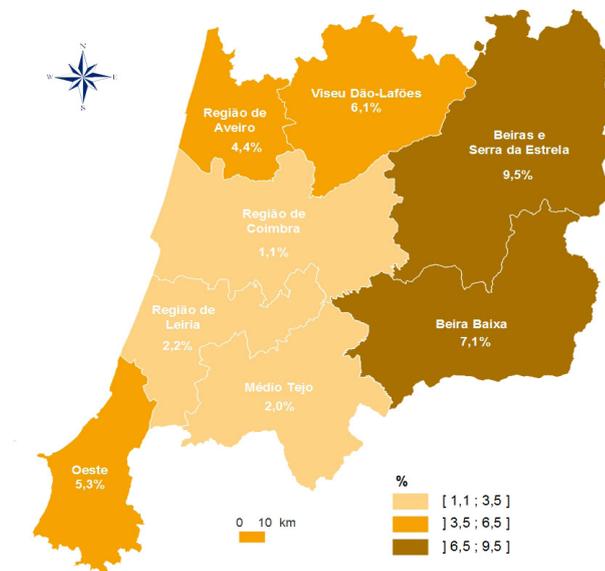
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**** Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

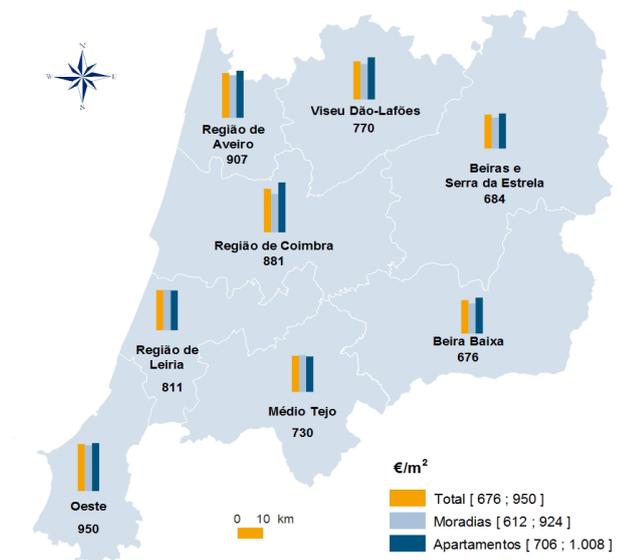
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 2,6% em termos homólogos reais, a par da evolução nacional que cresceu 6,1%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 836 euros (mais 20 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Em todas as sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogos reais mais expressivas Beiras e Serra da Estrela (9,5%) e Beira Baixa (7,1%).

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 5,7% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,9% nas moradias. O Oeste foi a sub-região com a avaliação mais elevada (950€/m²) e continuou a evidenciar a valorização mais alta nas moradias (924€/m²). A Região de Coimbra voltou a ser a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (1.008€/m²), enquanto a valorização menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (706€/m²). Já a Beira Baixa foi a menos valorizada em termos médios globais (676€/m²) e também onde as moradias eram menos valorizadas (612€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2020



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2020



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

0,03%

foi a taxa de inflação
homóloga regional
no trimestre

5,8%

foi o crescimento
homólogo real dos
pagamentos em
caixas automáticos
na região

²⁴ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a pandemia COVID-19 e as consequentes restrições ao comércio e serviços obrigaram a abordagens alternativas no cálculo do IPC durante os meses de abril a julho de 2020 (nomeadamente aumentaram o número de preços estimados). A partir de agosto o apuramento do IPC voltou a ser feito com recurso ao trabalho de campo de inquiridores, à semelhança do que era feito até março de 2020. Refira-se que o IPC integra um número significativo de preços obtidos por via administrativa, que não foram afetados por estas restrições.

No quarto trimestre de 2020, o Índice de Preços no Consumidor aumentou marginalmente na Região Centro, contrariando a variação nacional e o comportamento observado nos dois trimestres anteriores. Na região, também alguns indicadores representativos do consumo privado mostraram ligeiros sinais de melhoria, apesar da reposição de algumas medidas restritivas em Portugal para contenção da segunda vaga da COVID-19. Já a nível nacional o consumo privado deteriorou-se.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC)²⁴, registou um ligeiro acréscimo de 0,03%, em termos homólogos. Esta evolução regional contrariou a média nacional (que decresceu 0,17%) e os decréscimos registados nos dois trimestres anteriores. Na região, apenas cinco das doze classes de despesa contribuíram para este crescimento, mesmo que marginal, do nível geral dos preços, destacando-se com os acréscimos mais expressivos os “restaurantes e hotéis” (2,48%), os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,01%) e a “saúde” (1,69%). As sete restantes classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga, realçando-se, pelas diminuições mais significativas, a “educação” (-3,20%), os “transportes” (-2,68%) e a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (-1,32%).

Quadro 11 – Preços		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	-0,17	0,00	-0,27	0,41	0,25	-0,01	0,34
Centro	v. h. (%)	0,03	-0,09	-0,56	0,23	-0,03	-0,10	0,32
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,01	1,81	3,33	1,19	0,46	2,08	0,30
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	0,58	0,53	0,99	1,23	1,44	0,83	1,71
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-1,07	0,18	-4,25	-2,91	-2,67	-2,03	-2,04
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-1,32	-1,34	-2,36	0,31	-1,36	-1,18	-0,63
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,43	-1,10	-1,77	-1,68	-1,97	-1,25	-1,41
Saúde	v. h. (%)	1,69	0,66	0,59	0,68	0,73	0,90	1,00
Transportes	v. h. (%)	-2,68	-2,64	-3,59	0,94	0,90	-2,00	1,48
Comunicações	v. h. (%)	-1,16	-0,79	-1,95	-4,18	-3,84	-2,05	-2,46
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,63	-1,88	-2,95	-1,39	0,13	-1,72	-0,09
Educação	v. h. (%)	-3,20	-2,18	-1,96	-1,86	-1,92	-2,30	0,41
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	2,48	1,91	1,81	1,31	0,68	1,88	0,95
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,00	1,44	1,10	1,56	1,78	1,27	1,86

A evolução de alguns indicadores representativos do consumo privado na Região Centro, denotaram ligeiros sinais de melhoria, apesar das medidas restritivas à mobilidade e à retoma da atividade económica que, para contenção da segunda vaga do surto pandémico provocado pela COVID-19, foram sendo impostas, nomeadamente, a partir de 6 de novembro de 2020 no âmbito da declaração de novo estado de emergência em Portugal. A título de exemplo, destacaram-se os horários de funcionamento mais restritivos dos estabelecimentos comerciais e da restauração, a proibição de circulação entre concelhos

aos fins-de-semana, aplicável aos municípios com risco de contágio por COVID-19 muito elevado ou extremamente elevado, bem com a extensão dessa proibição a todo o território nacional nos feriados nacionais de novembro, dezembro e na passagem do ano.

No quarto trimestre de 2020, as importações regionais de bens de consumo registaram um ligeiro aumento homólogo real de 0,7%, por oposição à média nacional que observou uma contração homóloga real de 5,0%. Este comportamento regional das importações de bens inverteu a variação negativa dos dois trimestres anteriores e parece estar relacionado com o maior alívio das restrições que haviam sido impostas pelos países da União Europeia, com os quais a região realiza transações, para combate à COVID-19.

Também os pagamentos em terminais automáticos continuaram a crescer na região face a igual período do ano anterior, registando no trimestre um acréscimo de 5,8%. Esta evolução regional foi contrária ao padrão nacional que observou no trimestre uma quebra real de 2,1%. Já os levantamentos e as compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) diminuiram em 6,6% e 0,1%, respetivamente, em termos homólogos reais. A contração regional ocorrida nas compras em TPA foi, no entanto, muito reduzida face ao decréscimo real ocorrido a nível nacional (de 8,3%) e foi explicada pela diminuição expressiva de 24,1% nas compras regionais realizadas no estrangeiro. Os levantamentos em caixas automáticos na região mantiveram-se em queda durante todos os trimestres de 2020, o que foi explicado pela redução homóloga real em ambas as componentes (nacional e internacional). A contração regional na componente nacional dos levantamentos pode estar associada à recomendação das autoridades de saúde do uso de meios de pagamento alternativos ao dinheiro (de que são exemplo os cartões de multibanco, de preferência com tecnologia *contactless*), por este ser um potencial meio de contágio. Neste trimestre, é ainda de referir que a evolução homóloga regional dos levantamentos foi também explicada por uma contração de 23,0% nos levantamentos internacionais.

O crescimento homólogo real dos empréstimos concedidos para consumo, na Região Centro, foi praticamente nulo no quarto trimestre de 2020. Esta evolução regional, apesar do notório abrandamento face aos trimestres anteriores, contrariou a média do país que diminuiu em 1,0%. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos cifrou-se nos 4,2%, igualando o valor observado no período homólogo e situando-se abaixo da média do país que se fixou nos 6,3%.

As receitas de cinema na região e no país continuaram, pelo terceiro trimestre consecutivo, a registar acentuadas quebras homólogas reais (mais de 80%), que apesar de evidenciarem um ligeiro aumento face ao período anterior, foram inferiores às quebras históricas observadas no segundo trimestre do ano de 2020. Estas variações das receitas de cinema mostram claramente a crise vivida pelo setor que, mesmo com as salas de cinema em funcionamento, embora com lotação mais reduzida, continua a não evidenciar sinais de recuperação.

Quadro 12 – Consumo Privado		4T20	3T20	2T20	1T20	4T19	2020	2019
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	-5,0	-4,3	-13,2	1,4	6,4	-5,2	5,1
Centro	v. h. real (%)	0,7	-8,6	-12,7	0,6	2,4	-5,2	1,9
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	-87,5	-84,6	-99,7	-17,6	-1,2	-75,4	5,4
Centro	v. h. real (%)	-88,6	-86,4	-99,8	-14,2	-3,4	-76,8	3,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	-1,0	1,4	1,9	14,7	16,4	3,9	10,8
Centro	v. h. real (%)	0,0	2,5	3,2	17,9	21,5	5,5	15,4
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	6,3	6,6	6,7	6,7	6,6	6,6	7,4
Centro	%	4,2	4,4	4,4	4,3	4,2	4,3	4,4
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-10,6	-11,8	-27,6	-4,6	2,7	-13,8	2,2
Centro	v. h. real (%)	-6,6	-9,0	-24,2	-3,3	3,5	-10,8	2,7
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-2,1	1,8	-14,4	2,5	4,9	-3,0	3,9
Centro	v. h. real (%)	5,8	10,4	-5,0	3,5	4,9	3,9	3,7
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	-8,3	-6,9	-27,6	0,7	7,7	-10,7	8,0
Centro	v. h. real (%)	-0,1	3,6	-15,4	5,3	9,2	-1,6	8,8

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2019 são definitivos e os de 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2020 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participa a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização – PO CI; inclusão social e emprego – PO ISE; capital humano – PO CH; e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos – PO SEUR); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

6,9 mil
milhões de euros

de fundos europeus
aprovados para a
Região Centro até 31
de dezembro de 2020

71,0%

foi a taxa de realização
de fundo europeu
aprovado no Programa
Operacional Capital
Humano na Região
Centro

²⁵ Em dezembro de 2020, apenas 2,2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações. Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

²⁶ A título exemplificativo, refira-se:
- prazos de pagamento mais reduzidos;
- flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
- avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
- avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

No PORTUGAL 2020, no final do quarto trimestre de 2020, estavam aprovados 6,9 mil milhões de euros de fundos europeus para projetos na Região Centro, dos quais 189,3 milhões de euros correspondiam a apoios na sequência da pandemia por COVID-19. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano detinha a taxa de realização de fundo mais elevada.

A 31 de dezembro de 2020, encontravam-se aprovados 6,9 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 11,1 mil milhões de euro²⁵. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,7% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 273,8 milhões de euros nos apoios aprovados para a região, dos quais 68,0 milhões de euros correspondiam a fundos europeus atribuídos na sequência da pandemia por COVID-19.

No final do quarto trimestre de 2020, os apoios aprovados na região para dar resposta aos efeitos da pandemia totalizavam 189,3 milhões de euros de fundos europeus. O sistema de incentivos às empresas tinha financiado, 105,6 milhões de euros (através do PO CI e do CENTRO 2020); o sistema de incentivos à liquidez (programa Apoiar, do PO CI) era responsável por 54,8 milhões de euros; 1,4 milhões de euros tinham sido concedidos aos aquicultores pelo MAR 2020; e 27,5 milhões de euros foram atribuídos às escolas públicas de ensino básico (pelo CENTRO 2020) e secundário (pelo PO CH) para aquisição de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de famílias com baixos rendimentos. Estes apoios do PORTUGAL 2020 à crise desencadeada pelo novo coronavírus traduzem as respostas de emergência estruturadas numa primeira fase marcada pelo pico da pandemia²⁶, mas também medidas posteriores de estabilização e recuperação económica que visam apoiar a retoma sustentada da atividade económica e de adaptação da economia à realidade pós-COVID. Neste âmbito, destaca-se, em outubro de 2020, a aprovação, pela Comissão Europeia, da nova reprogramação financeira dos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020, com o já referido objetivo de promover a estabilização económica e social do país e a sua recuperação. Esta nova reprogramação teve como principais linhas de atuação: aumentar o apoio ao investimento público nomeadamente nas áreas sociais; apoiar a universalização da escola digital; aumentar o apoio ao emprego; e aumentar o apoio à estabilização económica. De salientar que, todas estas alterações que permitiram utilizar os fundos da política de coesão para apoiar os setores mais afetados pela pandemia (como os cuidados de saúde, as pequenas e médias empresas e os mercados de trabalho) só foram possíveis devido à flexibilidade excepcional criada pelas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus + (CRII+).

A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês Coronavirus Response Investment Initiative) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).

Enquanto a CRII reencaminhou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a flexibilidade.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na mobilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da União Europeia através de um apoio individual. No fundo, esta medida permitiu que os Estados Membros gastassem dinheiro não utilizado para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementa o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento possam ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade está garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da União Europeia de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria. Estas medidas não têm precedentes e justificam-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

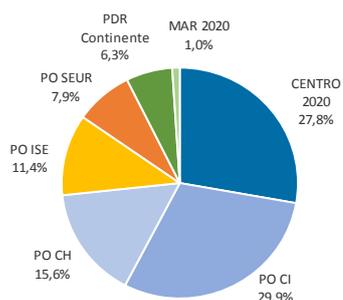
A 31 de dezembro de 2020, o PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também designado por COMPETE 2020) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 29,9% dos apoios captados. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 73,3% dos montantes aprovados, correspondendo a 5,1 mil milhões de euros de fundos europeus. O MAR 2020 era o programa operacional menos relevante (1,0%), com apenas 70,6 milhões de euros aprovados na Região Centro.

A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 3,4 mil milhões de euros (49,7%). Seguiu-se o FSE, com 32,2% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,2 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 10,7% dos fundos europeus aprovados (739,4 milhões de euros, mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de dezembro de 2020)

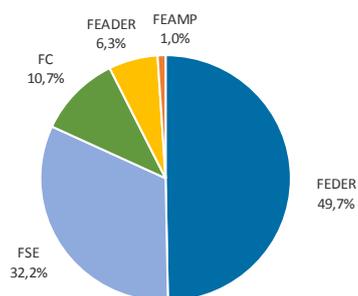
Por Programa Operacional

- PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
- PO CH – Programa Operacional Capital Humano
- PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
- MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas



Por Fundo Financiador

- FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- FC – Fundo de Coesão
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca



Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até ao final de 2020, estavam aprovados 5,0 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 8,2 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (31 de dezembro de 2020)*	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização**	Taxa de pagamento***
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	%
Total - Centro	8.223.687	4.976.690	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	4.342.883	2.059.309	1.751.340	965.738	1.130.303	46,9	54,9
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.266.353	1.078.006	900.102	765.095	794.395	71,0	73,7
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	912.672	783.716	493.986	425.626	474.211	54,3	60,5
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	699.301	547.784	286.417	244.896	241.525	44,7	44,1
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	843.085	437.254	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	159.393	70.622	x	35.777	x	50,7	x

* No caso do PDR2020, os valores apresentados correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

** Taxa de realização = fundo executado / fundo aprovado x 100

*** Taxa de pagamento = pagamentos / fundo aprovado x 100

x - valor não disponível

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 31 de dezembro de 2020, estavam aprovados 4,3 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,1 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 965,7 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 46,9%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de 80,4 milhões de euros de fundos aprovados e de 52,2 milhões de euros de fundos executados, que se refletiu num aumento de 0,7 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,1 mil milhões de euros, representando 54,9% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 na região (68,6%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 942,2 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (266,6 e 203,2 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 8,5% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 4,1%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 11,4% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,9% dos fundos europeus aprovados (58,9 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

²⁷ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

²⁸ Face ao trimestre anterior, ocorreu uma diminuição de FSE aprovado de 14,0 milhões de euros neste fundo, justificada pela reprogramação sofrida pelos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020 no sentido de ajudar o país a enfrentar os efeitos adversos da crise pandémica por COVID-19 e apoiar a recuperação da economia. Esta diminuição dos montantes aprovados, justificada por alguma escassez de procura por parte dos beneficiários deste instrumento financeiro, permitiu reforçar outras áreas de reprogramação atualmente consideradas prioritárias (juntamente com outras verbas deslocadas de áreas cuja implementação demonstrou, de forma continuada, algumas dificuldades).

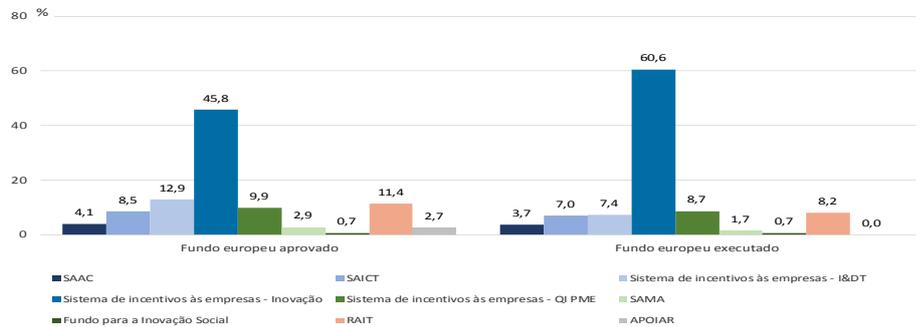
De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²⁷, com um montante de 14,0 milhões de euros de FSE aprovado para a região (0,7%)²⁸. Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,2%).

Note-se que, no final de novembro de 2020, foi criado o Sistema de Incentivos à Liquidez, designado por “programa APOIAR”, um novo instrumento de apoio à tesouraria das empresas de menor dimensão de setores de atividade particularmente afetados pelas medidas de proteção da saúde pública associadas à pandemia por COVID-19. Até ao final de 2020, tinham já sido aprovados 54,8 milhões de euros de FEDER, correspondendo a 2,7% do total de fundos europeus aprovados no COMPETE 2020.

Assim, relativamente à Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII), até 31 de dezembro de 2020, o COMPETE 2020 já tinha financiado, na região, projetos que ascendiam a 836,9 milhões de euros de investimento elegível e 109,9 milhões de euros de fundo europeu aprovado. Este montante de fundo foi mobilizado pelo já referido programa apoiar (54,8 milhões de euros) e também pelo sistema de incentivos às empresas (55,0 milhões de euros, correspondendo a 3,9% do total aprovado neste instrumento), sobretudo, pela via da inovação produtiva (81,7%) e, em menor escala, pela IDT empresarial (14,9%) e pela qualificação de PME (3,4%).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2020)

- I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
- QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
- SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
- SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa
- RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes
- TIC - Tecnologias de informação e comunicação



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (84,6%), existindo também participações pelo Fundo de Coesão (9,3%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,1%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento da medida “StartUP Voucher”, que visa promover o desenvolvimento de projetos empresariais de jovens, que se encontrem em fase de ideia, facultando um conjunto de ferramentas técnicas e financeiras que viabilizem a consequente criação de novas empresas, integrada no SAAC. De salientar que, neste trimestre, o acréscimo de fundo europeu aprovado foi financiado na totalidade por FEDER.

Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de dezembro de 2020)



Analisando o fundo executado, verificava-se uma prevalência ainda maior do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 60,6% do total do fundo executado) e do FEDER enquanto fundo financiador (87,9%). Nas restantes tipologias e nos restantes fundos financiadores, o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado.

No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de dezembro de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 1,1 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,3 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 765,1 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 71,0% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 64,2 milhões de euros nos apoios aprovados, tendo o fundo executado aumentado apenas 23,2 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização diminuiu 2,2 pontos percentuais. No final do quarto trimestre de 2020, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 794,4 milhões de euros, o que representava 73,7% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais).

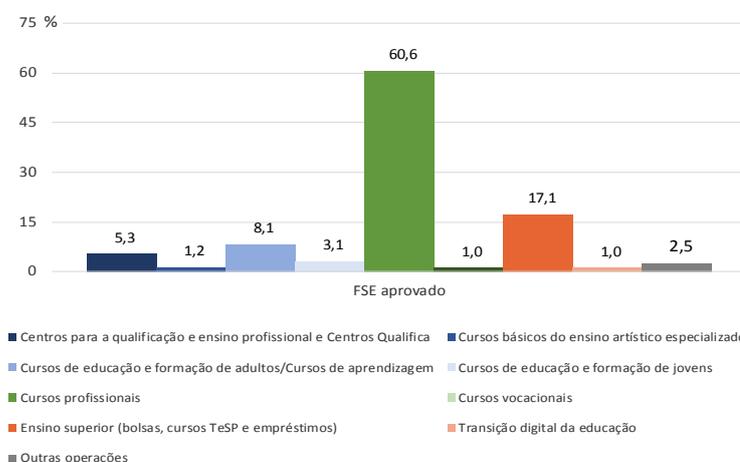
Do apoio aprovado, 60,6% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 653,3 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 17,1% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²⁹.

Das restantes ações, destacavam-se ainda os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (8,1%), que visam a atualização do conhecimento, das qualificações e das competências dos trabalhadores adultos, e os apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (5,3%), direcionados a jovens e adultos que procuram desenvolver ou certificar as suas competências.

De destacar ainda, neste trimestre, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia por COVID-19, os 10,7 milhões de euros de FSE aprovados para a Transição Digital da Educação, correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos para os alunos inseridos em famílias com baixos rendimentos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades. O CRII/CRII+, articulado com o Plano para a Transição Digital, disponibilizou os meios para a resposta a esta premissa.

²⁹ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), os cursos TeSP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixaram de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passaram a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passaram a ser apoiados pelo PO ISE.

Fundo europeu aprovado no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2020)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do quarto trimestre de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 912,7 milhões de euros de despesa elegível e 783,7 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 425,6 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 54,3%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 63,6 milhões de euros e o fundo executado 26,3 milhões de euros, o que implicou uma redução da taxa de realização em 1,1 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 474,2 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 60,5%. A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 19,0% do FSE aprovado (148,6 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

A formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados) representava 14,4% do FSE aprovado, perfazendo 112,8 milhões de euros no final de 2020, após um aumento de 36,5 milhões de euros neste último trimestre.

Outra parte relevante do fundo aprovado (13,5%, correspondendo a 105,8 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

De referir também a integração de adultos no mercado laboral (13,9%) e a integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (6,9%), traduzindo-se estas tipologias em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego.

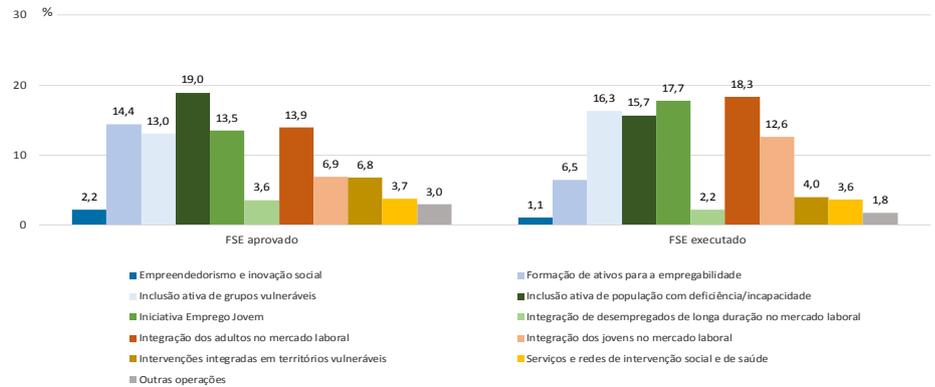
A inclusão de grupos vulneráveis concentrava 13,0% do FSE aprovado (102,2 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados³⁰, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (76,4 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (15,8 milhões de euros de FSE).

As intervenções integradas em territórios vulneráveis perfaziam 53,5 milhões de euros (6,8% do FSE aprovado), correspondendo ao financiamento dos contratos locais de desenvolvimento social de 4.ª geração. Estes programas visam promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores fragilidades sociais num determinado território, mobilizando, de forma integrada, diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria.

Quanto à execução, destacavam-se, com os maiores montantes de fundo executado, a integração de adultos no mercado laboral (18,3%), a Iniciativa Emprego Jovem (17,7%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (16,3%) e a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (15,7%).

³⁰ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2020)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de dezembro de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 699,3 milhões de euros de despesa elegível e 547,8 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 44,7%, com o fundo executado a ascender a 244,9 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos executados aumentaram 18,2 milhões de euros e os fundos aprovados diminuíram 2,0 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 3,5 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 241,5 milhões de euros, representando 44,1% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 34,8% do fundo europeu aprovado (190,4 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 20,0% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (12,7%) e infraestruturas públicas (7,2%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 69,8 milhões de euros de fundo europeu aprovado, com 60,0 milhões de euros referentes ao Sistema de Mobilidade do Mondego, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra. As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 39,5 milhões de euros, tratando-se, sobretudo, da implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia como hospitais, instituições de ensino superior, entre outros.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 12,8% do fundo aprovado, totalizando 70,0 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,9 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (10,9 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,8 milhões de euros).

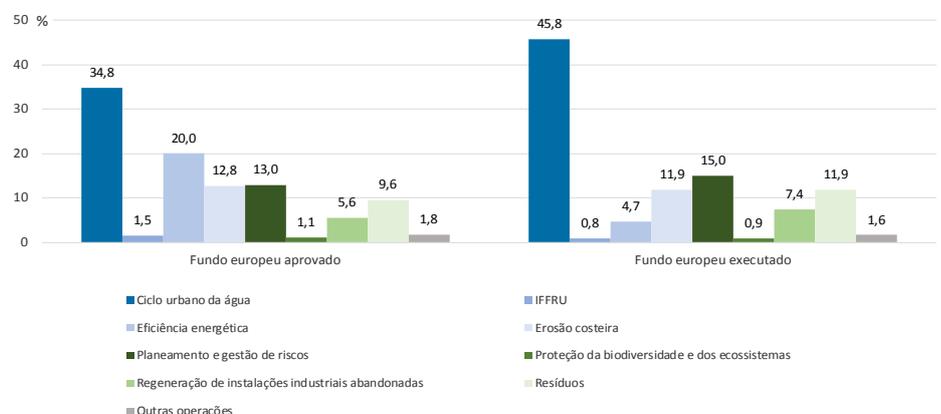
As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam também 71,0 milhões de euros, representando, igualmente, 13,0% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (5,9 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

A valorização de resíduos captava 9,6% de fundo europeu aprovado (totalizando 52,6 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,7 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão³¹, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

Em termos de fundo executado, o ciclo urbano da água absorvia quase metade dos apoios validados (45,8%), seguindo-se as operações de planeamento e gestão de riscos (15,0%) e de erosão costeira e valorização de resíduos (ambas com 11,9%).

³¹ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de dezembro de 2020)



No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de dezembro de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 843,1 milhões de euros de despesa elegível e 437,3 milhões de euros de FEADER³². O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um decréscimo de 8,8 milhões de euros.

Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 124,1 milhões de euros de FEADER (28,4% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorviam 12,0% do fundo europeu (52,6 milhões de euros). Nesta tipologia, destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

O desenvolvimento local era também responsável por 12,0% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 52,4 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 19,0 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 33,4 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³³.

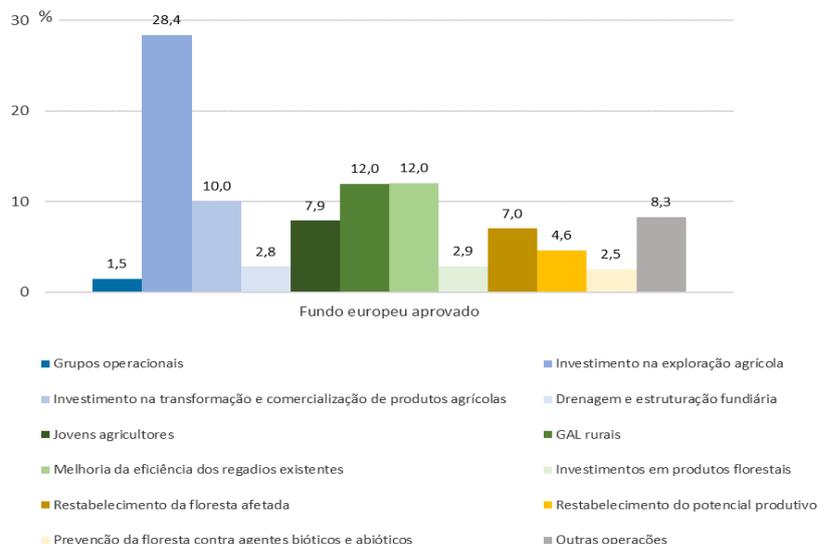
De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 10,0% do fundo aprovado³⁴.

³² Estes valores correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

³³ Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

³⁴ Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2020)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 31 de dezembro de 2020, na Região Centro, tinham sido aprovados 159,4 milhões de euros de despesa elegível e 70,6 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 50,7%, ascendendo o fundo validado a 35,8 milhões de euros. Neste trimestre, assistiu-se ao aumento de 4,6 milhões de euros no fundo aprovado e de 8,0 milhões de euros na execução, o que se traduziu num acréscimo de 8,6 pontos percentuais na taxa de realização.

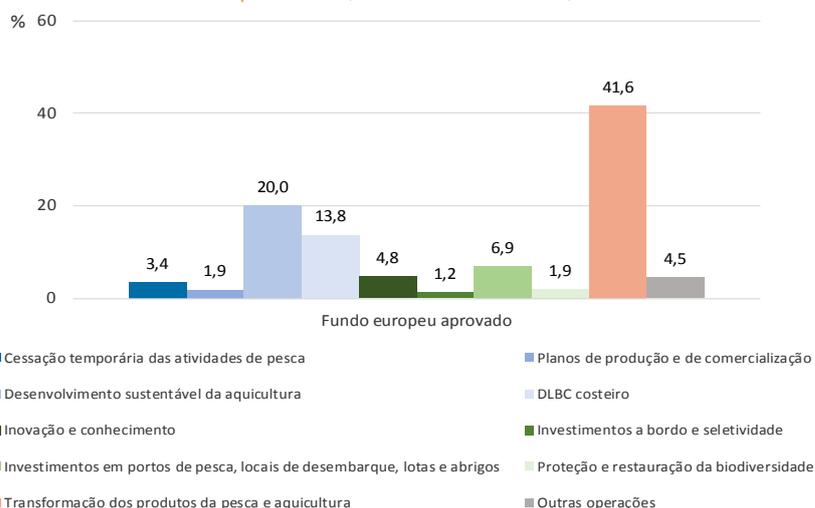
No final do quarto trimestre de 2020, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 41,6% do fundo aprovado, correspondendo a 29,4 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP de 4,9 milhões de euros. Ainda de referir pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 20,0% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, três projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos, a uma unidade de engorda de linguado e à modernização de uma unidade de produção de pregado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquacultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 9,7 milhões de euros (13,8%). Deste montante, 2,2 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 7,5 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 6,9% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Fundo europeu aprovado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de dezembro de 2020)



CENTRO 2020

A 31 de dezembro de 2020, 115,2% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 423 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 20.914 candidaturas, com intenções de investimento na região de 7,5 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto de a dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final do quarto trimestre de 2020 tinham sido aprovadas 8.449 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 2,9 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,9 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 71,8 milhões de euros, tendo 48,8 milhões de euros sido cofinanciados por FEDER. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 399 mil euros e um apoio europeu de 227 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)*		dezembro 2020	setembro 2020	junho 2020	março 2020	dezembro 2019
Concursos						
Total	número	423	420	345	328	312
Fundo comunitário	milhões €	2.482,7	2.453,8	2.365,0	2.323,7	2.246,8
	% da dotação de fundo	115,2	113,9	109,7	107,8	104,3
Em aberto	número	7	96	26	30	18
Fundo comunitário	milhões €	55,7	143,3	102,1	138,2	91,8
Encerrados	número	416	324	319	298	294
Fundo comunitário	milhões €	2.427,0	2.310,5	2.262,9	2.185,5	2.155,0
Candidaturas apresentadas						
Total	número	20.914	20.457	18.121	16.506	16.346
Investimento total previsto	milhões €	7.509,2	7.075,3	6.624,8	6.246,9	6.088,3
Operações aprovadas						
Total	número	8.449	8.350	7.756	7.269	7.392
Investimento total	milhões €	3.375,1	3.272,0	3.136,2	3.037,8	3.050,4
Investimento elegível	milhões €	2.886,9	2.790,6	2.656,3	2.568,8	2.565,1
Fundo comunitário	milhões €	1.915,0	1.843,1	1.732,9	1.652,2	1.638,0

* A partir de janeiro de 2020 deixaram de ser considerados os montantes de fundo europeu aprovado nas operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

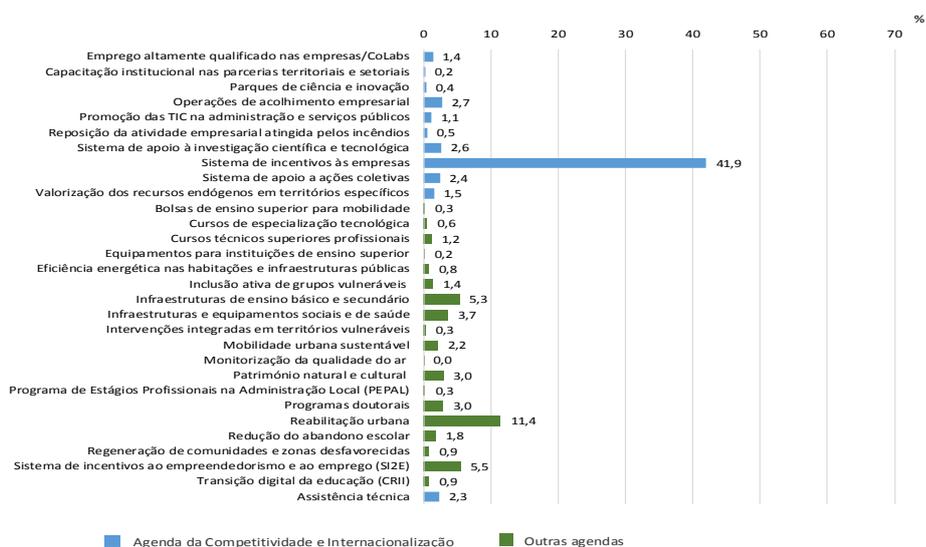
O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 54,7% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2,1 mil milhões de euros de intenções de investimento e 1,0 mil milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitavam ao sistema de incentivos às empresas, com 803,1 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 41,9% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,6% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se as operações de acolhimento empresarial, com 2,7% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas, e o sistema de apoio a ações coletivas, absorvendo 2,4% do fundo aprovado, instrumento de apoio indireto às empresas, complementar a montante e a jusante do sistema de incentivos às empresas, visando potenciar os seus resultados e a criação/melhoria das condições envolventes, com particular enfoque nos fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2020)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 866,6 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (11,4%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,3%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,7%), a programas doutorais (3,0%), ao património natural e cultural (3,0%), à mobilidade urbana sustentável (2,2%), à redução do abandono escolar (1,8%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,4%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. De salientar que, dos 219,0 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 31 de dezembro de 2020, estavam aprovados 105,4 milhões euros de fundos europeus (5,5%) correspondendo a 227,3 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

³⁵ Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizada um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

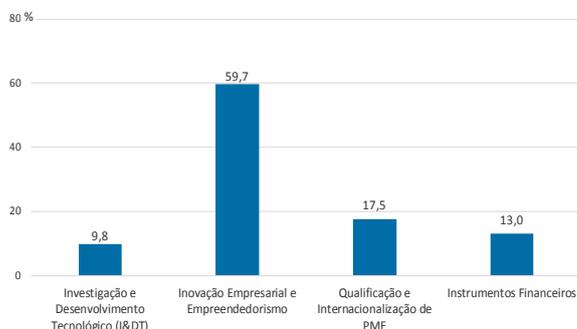
³⁶ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

³⁷ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

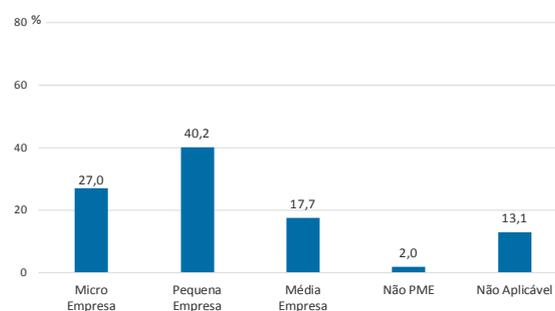
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 59,7% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (479,2 milhões de euros), enquanto apenas 9,8% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (13,0% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo este valor ao contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.³⁵. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de dezembro de 2020)

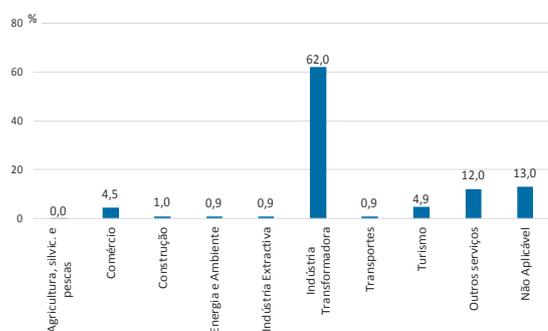
Por tipologia de investimento



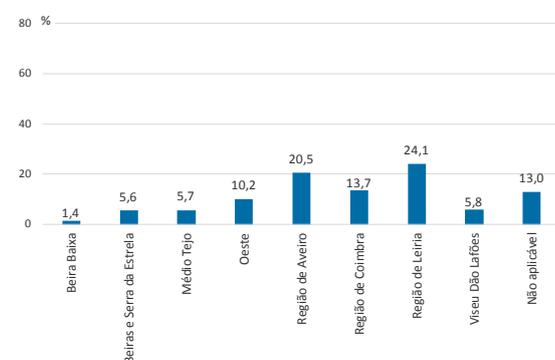
Por dimensão da empresa³⁶



Por setor de atividade³⁶



Por Comunidade Intermunicipal (CIM)³⁷



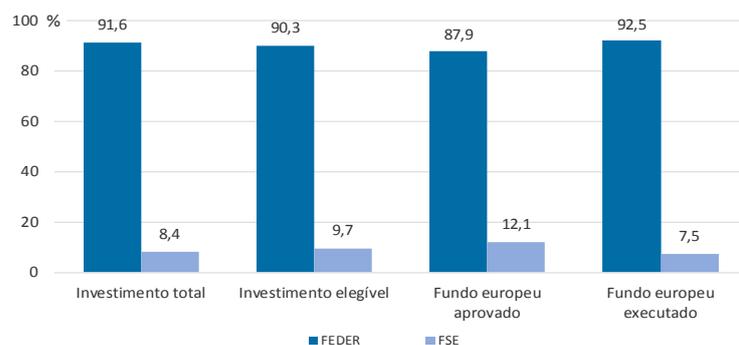
Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,2%) e microempresas (27,0%) e à indústria transformadora (62,0%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Foi também sobretudo através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizou a já referida Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII). Assim, até 31 de dezembro de 2020, neste âmbito, tinham sido aprovados, através do sistema de incentivos às empresas, 64,2 milhões de euros de fundo europeu (6,3% do total aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo a 71,9 milhões de investimento elegível. Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (69,3%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (11,2%) e para a IDT (19,5%). A este valor de apoio, acresciam ainda 16,8 milhões de euros para financiamento de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de escolas de ensino básico públicas inseridos em agregados familiares com baixos rendimentos. Deste modo, no final de 2020, o CENTRO 2020 totalizava 67,4 milhões de euros de fundo europeu aprovado em medidas de resposta à crise, tendo, neste trimestre, ocorrido um aumento de 17,1 milhões de euros.

³⁸ A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (87,9% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda aquém dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE³⁸). No final do quarto trimestre de 2020, estava aprovada uma comparticipação de FEDER de 1,7 mil milhões de euros (98,3% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovados 232,7 milhões de euros de fundo europeu (52,5% da dotação programada).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de dezembro de 2020)



³⁹ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (27,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a programas doutorais (56,9 milhões de euros integralmente aprovados neste trimestre), (ii) a medidas que visam a redução do abandono escolar (41,6 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária³⁹, (iii) aos incentivos à contratação de recursos humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (26,0 milhões de euros), (iv) a cursos técnicos superiores

profissionais (23,5 milhões de euros), (v) aos apoios relativos à Transição Digital da Educação (16,8 milhões de euros), (vi) a cursos de especialização tecnológica (11,5 milhões de euros), (vii) aos incentivos atribuídos no âmbito do S2E (10,0 milhões de euros), (viii) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (6,2 milhões de euros), (ix) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (x) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (4,0 milhões de euros) e (xi) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,3 milhões de euros).

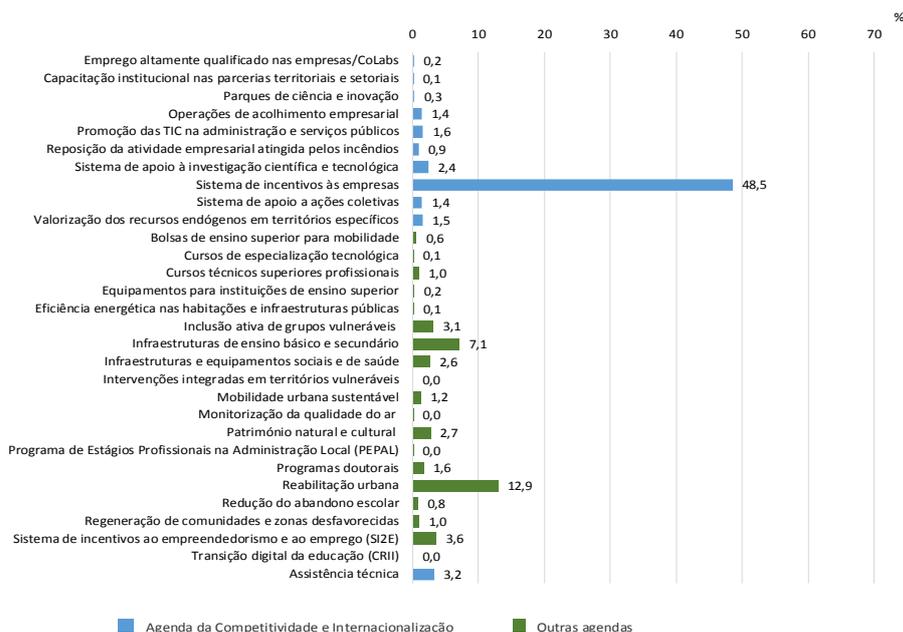
No final de 2020, o programa tinha 88,9% da sua dotação comprometida e estavam validados 879,8 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 40,8%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 2,0 pontos percentuais, situando-se nos 48,1 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 45,9%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 940,9 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (106,9%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 49,1%. Neste trimestre, a taxa de reembolso diminuiu, espelhando a progressiva conversão dos adiantamentos em despesa efetiva e validada. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 767,3 milhões de euros, correspondendo a 35,6% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		dezembro 2020	setembro 2020	junho 2020	março 2020	dezembro 2019
Execução financeira						
Despesa executada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	1.271.593	1.118.346	1.043.753	959.951	896.879
Fundo europeu	milhares €	879.758	762.408	713.966	661.181	621.375
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	940.897	839.382	778.667	701.130	659.443
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	767.346	673.186	619.220	553.574	553.574
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	88,9	85,5	80,4	76,7	76,0
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	40,8	35,4	33,1	30,7	28,8
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	45,9	41,4	41,2	40,0	37,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	49,1	45,5	44,9	42,4	40,3
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	106,9	110,1	109,1	106,0	106,1
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	35,6	31,2	28,7	25,7	25,7

Analisando a distribuição do total de fundo executado por tipologias, verificava-se que, o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (48,5%), seguindo-se a reabilitação urbana (12,9%) e as infraestruturas de ensino básico e secundário (7,1%). Nestas tipologias, o peso do fundo executado era até superior ao peso do respetivo fundo aprovado. Quanto ao fundo financiador, existia uma grande preponderância do FEDER no volume de execução (92,5%).

Distribuição do fundo europeu executado no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2020)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 19, n.º 20, n.º 21, n.º 22 e n.º 23.
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do quarto trimestre de 2020 foi recolhida até ao dia 15 de março de 2021.

